

**A RELAÇÃO ENTRE CRENÇAS RELATIVAMENTE AOS
OFENSORES E A IDENTIFICAÇÃO DE SUSPEITOS**

MARTA SANTOS GOMES

27675

Orientadora de Dissertação:

Prof. Doutora Telma Sousa Almeida

Professora do Seminário de Dissertação:

Prof. Doutora Telma Sousa Almeida

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA
Especialidade em Psicologia Forense

Ano letivo 2020/2021

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Telma Sousa Almeida, apresentada no ISPA – Instituto Universitário, para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Forense.

Agradecimentos

A presente Dissertação não teria sido concluída sem o precioso apoio de diversas pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer à minha orientadora, Professora Doutora Telma Sousa Almeida, por todo o empenho e paciência, pela motivação e conselhos que me transmitiu ao longo de todo o ano. Foi uma honra aprender consigo.

Aos meus pais, pelo apoio incondicional e por todo o investimento na minha carreira académica. Desejo, um dia, poder retribuir tudo, ao deixá-los orgulhosos do meu percurso.

Ao António, pelo exemplo de determinação que me transmite diariamente e por me motivar a nunca desistir. É, sem dúvida, o meu grande pilar.

Agradeço, igualmente, a todos os meus colegas de Mestrado, em especial à Catarina, por toda a generosidade e empatia, e por ser a melhor companheira durante todo este caminho.

À Filipa, Aline e Maria, cujo apoio e amizade estiveram presentes em todos os momentos.

A todos os que me auxiliaram na fase de recolha dos dados, em especial ao António, à sua família e a todos os meus amigos, pela incansável partilha do questionário. Sem eles, sem dúvida não teria sido possível.

Por fim e não menos importante, agradeço a todos os participantes que dispenderam o seu tempo a responder, de forma sincera e honesta, a todo o questionário.

Resumo

A falta de fiabilidade da memória humana pode ter implicações negativas no contexto forense. A identificação de suspeitos consiste num dos formatos de prova mais utilizados pelo sistema de justiça para ajudar a estabelecer a identidade dos ofensores. Contudo, estas tarefas produzem uma elevada taxa de erro, que resulta em falsas identificações. As falsas identificações de suspeitos pelas testemunhas são o principal fator que contribui para condenações injustas de inocentes. Importa, assim, estudar os fatores que enviesam a decisão das testemunhas neste contexto. Uma das causas que condiciona o reconhecimento de suspeitos é o fenómeno da estereotipificação. No presente estudo participaram 160 indivíduos adultos, que responderam a um conjunto de instrumentos de forma a averiguar se as suas crenças em relação aos ofensores impactavam uma tarefa de identificação de suspeitos. Pretendia-se, ainda, perceber se estas mesmas crenças variavam em função dos diferentes tipos de crimes e do grau de escolaridade dos participantes. Os resultados evidenciaram que as crenças dos participantes acerca dos ofensores não influenciaram a tarefa de identificação de suspeitos numa *lineup* e não variaram em função do grau de escolaridade. No entanto, os resultados evidenciaram que a idade dos participantes influenciou a tarefa de identificação de suspeitos e que os indivíduos entre os 31 e os 40 anos foram aqueles que revelaram maior preconceito em relação aos ofensores.

Palavras-Chave: identificação de suspeitos, crenças, testemunhas, ofensores

Abstract

The lack of reliability of the human memory can have negative implications in forensic context. The identification of suspects is one of the most used proofs by the justice system to help establish the identity of the offenders, however, these task produce a high rate of false identifications. The false identification of suspects by witnesses is the main factor to wrongful convictions of innocents. One of the causes that conditions the recognition of suspects is the phenomenon of stereotyping. As therefore, it is important to study the factors that influence the decision of witnesses. In the present study 160 adult subjects participated and responded to a set of instruments to find out whether their beliefs about offenders impacted a suspect identification task and, also, to understand whether these same beliefs vary according to different types of crimes and according to different levels of education. The results showed that the beliefs that each individual has about the offenders don't influence the identification of suspects in a lineup and don't vary according to different levels of education. However, the age of an individual has an influence on the identification of a suspect, with middle-aged

individuals, between 31 and 40 years old, those who showed the greatest preconception against an offender.

Keywords: suspects identification, beliefs, witnesses, offenders

Índice

Introdução	7
A relação entre crenças relativamente aos ofensores e a identificação de suspeitos	7
O Papel dos Estereótipos	9
Linhas de Identificação de Suspeitos (lineups)	11
A influência dos estereótipos na tarefa de identificação de suspeitos	15
Objetivos e hipóteses do estudo.....	17
Método.....	18
Amostra	18
Instrumentos	18
Procedimento	20
Resultados.....	21
Plano Analítico	21
Análises preliminares	22
Habilitações literárias	22
Preconceito em relação aos ofensores	24
Relação entre o preconceito e as crenças acerca dos ofensores	27
Tarefas de identificação de suspeitos	27
Análises Complementares	29
Influência da faixa etária na tarefa de identificação de suspeitos.....	29
Faixa etária e o nível de preconceito em relação aos ofensores	31
Discussão	31
Referências	40
Anexos.....	44
Anexo I. Formulário de Consentimento Informado	44
Anexo II. Questionário Sociodemográfico.....	45
Anexo III. Vídeos	46

Anexo IV. Lineups	49
Anexo V. Questionário sobre Estereótipos Criminais.....	52
Anexo VI. Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Preconceito Flagrante	54

Índice de Tabelas

Tabela 1	24
Tabela 2	25
Tabela 3	25
Tabela 4	25
Tabela 5	26
Tabela 6	28
Tabela 7	30
Tabela 8	31

Introdução

A relação entre crenças relativamente aos ofensores e a identificação de suspeitos

Nas últimas três décadas, a literatura forneceu fortes evidências de que a memória das testemunhas não é indelével e, por esse motivo, está sujeita a alterações substanciais ao longo do tempo (Morgan et al., 2013). A falta de fiabilidade da memória humana pode ter implicações negativas, nomeadamente nos contextos clínico e forense. A fidedignidade dos relatos e testemunhos de suspeitos ou vítimas de crime pode ser comprometida, por exemplo, pela produção de falsas memórias. Assim, é possível que estes indivíduos relatem informações ou acontecimentos de uma forma diferente daquela que ocorreu na realidade, distorcendo os factos involuntariamente e, desta forma, condicionando e comprometendo a veracidade dos mesmos. Atualmente, a ocorrência de falsas memórias é um fenómeno muito investigado na área da Psicologia Forense, uma vez que a maioria dos sistemas judiciais a nível mundial recorrem ao testemunho ocular como um meio para a tomada de decisões (Oliveira, Albuquerque & Saraiva, 2018).

As falsas identificações de suspeitos por parte das testemunhas são o principal fator que contribui para a condenação injusta de inocentes (Knuycky, Kleider & Cavrak, 2014). A percentagem citada pelo *Innocence Project* - equipa jurídica, sediada em Nova Iorque, que analisa casos de indivíduos condenados a pena de prisão e que alegam a sua inocência (Tredoux et al., 2004) - indica que, aproximadamente 75% dos casos de condenações injustas, envolveram uma identificação errada, por parte das testemunhas (Stebly, 2015).

Uma das causas que condiciona o reconhecimento de suspeitos, por parte de vítimas ou testemunhas de um crime, é o fenómeno da estereotipificação. Os estereótipos podem enviesar tarefas que decorrem no âmbito do contexto legal, nomeadamente, tarefas de seleção de um indivíduo a partir de uma linha, ou alinhamento, de identificação (*lineup*) de suspeitos (Edlund & Skowronski, 2008).

A *lineup* é um dos métodos mais utilizados em todo o mundo para identificar suspeitos de um crime (Wright & Stroud, 2002). Consiste numa prova em que o suspeito é colocado junto a vários indivíduos de aparência física e comportamento razoavelmente semelhantes. Posteriormente, a testemunha é convidada a selecionar o perpetrador, caso este esteja presente no alinhamento (Tredoux et al., 2004). A identificação de suspeitos é um aspeto essencial no sistema de justiça criminal e é realizada durante a fase de recolha do testemunho (Edlund & Skowronski, 2008). O principal objetivo de uma *lineup* é permitir que os agentes policiais obtenham informações mais precisas sobre as suas hipóteses acerca de um determinado grupo

de suspeitos. A identificação de um suspeito é também considerada um complemento à descrição verbal de uma testemunha (Edlund & Skowronski, 2008).

No entanto, sendo a identificação de suspeitos um dos formatos de prova mais utilizados pelo sistema de justiça para ajudar a estabelecer a identidade dos ofensores (Wells et al., 2020), é importante ressaltar que estas mesmas tarefas produzem uma elevada taxa de erro, que resulta em falsas identificações, por parte das testemunhas e vítimas de crimes (Kleider, Cavrak & Knuycky, 2014).

A literatura descreve, essencialmente, fatores de natureza física, como o tom de pele ou a tipicidade dos rostos para explicar o enviesamento na identificação de suspeitos (Knuycky et al., 2014; Najdowski, 2011; MacLin & Herrera, 2006). No entanto, sabe-se que os estereótipos também podem enviesar as tarefas de seleção de um indivíduo a partir de uma *lineup* de suspeitos (Edlund & Skowronski, 2008), pelo que se revela pertinente explorar em que medida estes fatores poderão influenciar as testemunhas na identificação dos ofensores. Assim, neste estudo, procedeu-se ao levantamento das crenças e estereótipos que os indivíduos possuem acerca dos ofensores, com o objetivo de perceber se estes impactariam a identificação de suspeitos e se diferiam em função do tipo de crime.

Para além do objetivo supra referido, o presente estudo propõe-se ainda a investigar de que forma um maior grau de formação poderá impactar o tipo de crenças relatadas em relação aos ofensores e, conseqüentemente, a tarefa de identificação de um suspeito. Apesar dos escassos dados na literatura, sabe-se que a educação tem por finalidade a formação de um indivíduo quer a nível profissional, quer a nível do seu exercício para a cidadania. Os sujeitos aprendem a conhecer os diferentes valores, a analisá-los criticamente e a escolher, de forma livre, um sistema de valores, despidendo-se de qualquer tipo de preconceito que prejudique a dignidade da pessoa humana. A formação de um indivíduo ocupa, assim, um lugar de destaque na alteração das crenças e representações sociais negativas que se constroem em torno da sociedade, através de um trabalho sistemático e crítico na formação dos valores de um sujeito (Scopel & Gomez, 2006).

Este estudo revela-se pertinente, na medida em que o processo de identificação de suspeitos através de uma *lineup* é a estratégia mais utilizada internacionalmente para a investigação de crimes e é, simultaneamente, aquela em que a incriminação de sujeitos inocentes é mais prevalente. Quando as testemunhas são chamadas a identificar os culpados de um crime, muitas vezes erram e, com isso, levam à condenação de sujeitos inocentes (Tredoux et al., 2004). Importa, por isso, aprofundar o conhecimento científico acerca dos fatores que poderão enviesar a decisão das testemunhas neste contexto. Para além do supra mencionado, a

comparação das crenças entre indivíduos com diferentes habilitações literárias visa acrescentar novos dados à literatura e, assim, contribuir para o aumento do conhecimento científico acerca da temática em estudo.

O Papel dos Estereótipos

Um estereótipo é uma estrutura cognitiva que engloba conhecimentos e crenças sobre um determinado grupo de pessoas (Haegerich, Salerno & Bottoms, 2013). São imagens mentais que surgem como um enviesamento entre o indivíduo e a realidade. Formam-se a partir do nosso sistema de valores e têm como função a estruturação e organização da realidade (Cabecinhas, 2004).

Os estereótipos são, por vezes, entendidos como um fenómeno sociocultural, ou seja, como crenças transmitidas pelos agentes de socialização, tais como, a família, a escola, os meios de comunicação, entre outros, o que explica o consenso dos estereótipos face a grupos sociais e a sua dependência do contexto histórico e cultural (Cabecinhas, 2004). Quando um estereótipo é ativado, tem o potencial de enviesar a forma como a informação recebida é processada (Dixon & Maddox, 2005).

O ser humano tem a necessidade de categorizar o mundo que o rodeia de forma a identificar e resolver problemas, adaptar-se às situações e a situar-se, física ou intelectualmente, nas mesmas. Nesse sentido, são criadas representações sociais que auxiliam os indivíduos a definir diferentes aspetos do seu quotidiano, interpretando-os e tomando uma posição perante os mesmos. As representações sociais são fenómenos cognitivos que se encontram presentes na nossa vida social, no formato de crenças, valores, atitudes, opiniões e ideologias. Podem definir-se como conhecimentos elaborados e partilhados socialmente com o propósito de descrever uma realidade comum (Jodelet, 2001). Os preconceitos e estereótipos negativos estão, por isso, incluídos na categoria das representações sociais (Mein, 2006).

Os estereótipos configuram-se como estruturas cognitivas que, por serem ativados repetida e frequentemente, passam a ser usados automaticamente. A estereotipificação é um processo natural e adaptativo de pensar, com a ajuda de categorias sociais. O conhecimento e as crenças que um indivíduo possui acerca de um grupo, constituem os estereótipos desse mesmo grupo, ou seja, o estereótipo é armazenado na memória e pode influenciar as perceções e os comportamentos do indivíduo em relação a esse conjunto de sujeitos (Bernardes, 2003).

Os estereótipos podem ter implicações prejudiciais, sobretudo para quem é vítima da sua utilização. Da mesma forma que são criados estereótipos sobre uma vasta categoria de

pessoas, também são criados estereótipos acerca da provável aparência e forma de estar de um ofensor. Os estereótipos acerca de um criminoso podem influenciar decisões jurídicas durante toda a fase do julgamento, desde a fase da recolha do testemunho, até à sentença ditada pelo juiz (Funk & Todorov, 2013). Focando na fase da identificação de suspeitos, é possível que os estereótipos influenciem a escolha de um determinado indivíduo como culpado, apenas porque este se assemelha ao estereótipo de ofensor que, habitualmente, é detido para o crime em questão (Kleider, Cavrak & Knuycky, 2012).

A literatura demonstra que as atitudes em relação aos ofensores são, em geral, negativas e podem variar consoante grupos específicos de ofensores (Ferguson & Ireland, 2016). No caso dos agressores sexuais verifica-se, na sua generalidade, que a sociedade os percebe como indivíduos obcecados por sexo, que se aproveitam dos mais vulneráveis (Sanghara & Wilson, 2006). São considerados predadores sexuais, atingidos por uma doença pervertida e incurável e existem crenças enraizadas na população de que estes ofensores são homens mais velhos (Sanghara & Wilson, 2006) e estranhos às suas vítimas (Pickett, Mancini & Mears, 2013), que cometem os abusos por não conseguirem controlar os seus desejos sexuais desviantes (Pickett et al., 2013). Nas muitas construções discursivas do agressor sexual, este é concebido como um ser humano sem valores, totalmente depravado, sendo incapaz de se redimir e, como tal, merece ser banido da sociedade (Spencer, 2009).

Num estudo de MacLin e Herrera (2006) acerca dos estereótipos dos indivíduos em relação aos ofensores no geral, concluiu-se que estes envolvem aspetos como problemas na infância, crueldade com animais, profissões como advogados e mecânicos e consideram os agressores indivíduos altamente sociáveis. O seu vestuário passa pela utilização de roupas largas, sujas e maioritariamente de cor preta. Utilizam acessórios como luvas, chapéus e bandanas. São caracterizados como indivíduos altos, com cabelo longo ou desgrenhado preto, pelos faciais e olhar penetrante. A sua pele contém tatuagens, cicatrizes e marcas de acne. As tatuagens, nomeadamente no rosto, são um fator que ativa, automaticamente, um estereótipo criminal. Indivíduos com tatuagens na face são vistos como desviantes da norma, menos fiáveis e honestos, mais perigosos e agressivos (Funk & Todorov, 2013). A sociedade considera os ofensores violentos, no entanto, espertos e manipuladores. São percebidos como indivíduos contra o sistema, com um baixo estatuto social em termos de desempenho económico e educacional. São ainda vistos como sendo emocionalmente frios e de pouca confiança, carecendo de empatia e competência (Cotê-Lussier, 2016).

De acordo com a visão da sociedade perante os ofensores e a forma como estes são representados de forma negativa, é possível verificar que existem, de facto, estereótipos

bastante vinculados em relação a este grupo de indivíduos. Os estereótipos que a população revela em relação aos agressores poderão, assim, afetar decisões de culpa no âmbito de uma tarefa de identificação de suspeitos (Funk & Todorov, 2013).

Linhas de Identificação de Suspeitos (*lineups*)

As linhas de identificação de suspeitos, ou *lineups*, são tarefas de reconhecimento em que uma testemunha ou vítima deve decidir se o alegado ofensor se encontra entre uma seleção de suspeitos (Wells et al., 2020). Este processo pode ser realizado através da observação dos sujeitos presencialmente, ou através da visualização de fotografias. Um alinhamento deverá ser composto, no mínimo, por cinco preenchimentos, sejam estes indivíduos ou registos fotográficos, que correspondam à descrição física do perpetrador fornecida pela testemunha (Wixted et al., 2018).

A apresentação da linha de suspeitos pode ainda ser realizada de duas formas: sequencial ou simultânea. A primeira passa pela apresentação individual dos suspeitos, ou dos seus registos fotográficos, em que a testemunha deverá decidir, para cada um dos elementos, se este é ou não o ofensor. A identificação de forma simultânea, tal como o próprio nome indica, passa pela apresentação, em simultâneo, dos suspeitos ou fotografias dos mesmos e a testemunha deverá seleccionar um único elemento. No caso de o ofensor não se encontrar presente, a linha de suspeitos poderá ser rejeitada (Wells et al., 2020).

O processo de identificação de um suspeito deverá ser uma tarefa de reconhecimento e não de raciocínio, isto é, procura-se que a acusação de um membro da *lineup* seja feita por reconhecimento e não por tentativa de raciocínio sobre quem a polícia suspeitará. O reconhecimento é baseado na memorização de um forte traço do culpado, durante a cena do crime. Por sua vez, o raciocínio não está relacionado com fatores de memória, mas sim, com influências sociais, motivacionais e metacognitivas. Assim, uma identificação legítima deverá ser baseada no reconhecimento e resultado de um conjunto de memórias armazenadas pela testemunha e não influenciada por procedimentos sugestivos ou alguma forma de sugestão externa (Stebly, 2015).

Muito pode acontecer entre o dia em que a testemunha presencia/experencia o crime e o dia em que é chamada a identificar o perpetrador de entre uma *lineup*. Alguns acontecimentos podem afetar, negativamente, a sua exatidão na identificação, tais como, a leitura de notícias sobre o crime, o contacto com outras testemunhas ou ser exposto a informação adicional durante o curso da investigação. À influência da testemunha por processos de sugestão externa, dá-se o nome de “Efeito da Desinformação” (Tredoux et al., 2004). Segundo Morgan et al. (2013), a

memória de um ser humano, quando exposta a eventos que envolvem elevados níveis de ansiedade, fica altamente vulnerável à modificação. Desta forma, poderá dar-se a produção de falsas memórias por parte da testemunha, visto que estas são construídas através da combinação de memórias reais com o conteúdo de sugestões recebidas por outros indivíduos (Loftus, 1997). As falsas memórias podem, então, ser definidas como recordações de acontecimentos que nunca ocorreram ou recordações distorcidas de acontecimentos. De uma forma mais concreta, são uma informação diferente daquela que foi originalmente processada. É importante frisar que todos os indivíduos poderão estar sujeitos a este tipo de erros o que, no caso da identificação de suspeitos, poderá ter consequências negativas imprevisíveis (Oliveira et al., 2018).

O reconhecimento e a identificação de um rosto suspeito tornam-se difíceis devido a um conjunto de fatores que podem contribuir para o erro. Durante o processo de testemunho de um crime existem três principais fases: a percepção do evento e da pessoa que se destacou durante o mesmo; o armazenamento e assimilação da informação extraída do acontecimento e o processo de recapitulação de todos os aspetos da ocorrência. No entanto, os intervalos de tempo entre a primeira e a terceira fase variam, sendo que algumas informações poderão ser solicitadas quase de imediato, no próprio local do crime, e as restantes declarações são solicitadas posteriormente, quando o suspeito é apresentado para identificação e é pedido à testemunha que tome a sua decisão (Tredoux et al., 2004).

Existem variáveis, que surgem na primeira fase da recolha do testemunho, sobre as quais o sistema de justiça não tem controlo e estão relacionadas com características da própria testemunha, do evento e do ofensor (Stebly, 2015). Uma das características da testemunha que interfere na sua tarefa de identificação é a idade, pois a memória das testemunhas só se torna relativamente estável a partir de uma determinada faixa etária (>10 anos). Antes disso, há uma maior probabilidade de identificar erradamente uma pessoa inocente e de relatar menos informação, quando comparadas aos adultos (Tredoux et al., 2004). O mesmo acontece com idosos que são portadores de doenças como demência ou problemas de visão (e.g. cataratas), que os impedem de visualizar corretamente a situação ou o ofensor. Em ambas as faixas etárias, as testemunhas são mais suscetíveis ao efeito da desinformação (Morgan et al., 2013). Outra variável relacionada com a própria testemunha é o consumo de álcool ou drogas. Estas substâncias influenciam o processo de codificação e de memorização de um evento e, posteriormente, a identificação do suspeito (Tredoux et al., 2004). O género e ocupação de uma testemunha também influenciam este processo, visto que homens e mulheres diferem no tipo de informação que relatam acerca do mesmo evento (Tredoux et al., 2004; Ferguson & Ireland, 2016) e está também provado que agentes da lei identificam mais facilmente rostos, relatam

mais detalhes de um acontecimento e são menos suscetíveis ao efeito da desinformação. Por último, a confiança da testemunha é uma variável de extrema relevância, tendo em conta que a declaração de uma testemunha extremamente confiante pode revelar-se um mau indicador de exatidão na identificação (Tredoux et al., 2004).

A forma como as testemunhas codificam a informação de uma ocorrência depende de fatores como o tempo para visualizar o evento e o perpetrador, a distância e visibilidade para o local do crime e a ansiedade, medo ou presença de armas (Carlson et al., 2020; Lockamyeir et al., 2020). Um crime pode ocorrer numa fração de segundos e, com isso, o tempo para uma testemunha codificar o rosto de um ofensor é bastante reduzido (Carlson et al., 2020). Nesse sentido, quanto mais tempo a testemunha tem para observar o acontecimento, mais detalhes são retidos (Tredoux et al., 2004). A distância até ao local do crime e até ao perpetrador é também um fator de extrema importância para a codificação de informação pois, quanto maior a distância, menos detalhes se conseguem reter (Lockamyeir et al., 2020). O aumento da distância entre uma testemunha e um ofensor prejudica, assim, a precisão da identificação da testemunha. A distância não só reduz as hipóteses de identificar corretamente o perpetrador, como também aumenta o risco de seleção de um suspeito inocente (Lockamyeir et al., 2020). Relativamente à visibilidade, sabe-se que níveis elevados ou reduzidos de luminosidade resultam em baixos níveis de precisão na tarefa de identificação e níveis elevados de ansiedade e medo influenciam a retenção dos acontecimentos (Tredoux et al., 2004). A presença de armas pode dificultar ainda mais esse processo porque, para além de aumentar os níveis de ansiedade e medo, desvia atenção da testemunha do rosto do ofensor para se focar na arma (Carlson et al., 2020).

As características do ofensor que podem enviesar a memória das testemunhas são o uso de máscara ou disfarce, a distintividade ou familiaridade do rosto e o seu sexo (Tredoux et al., 2004). Tudo o que cubra o rosto do agressor torna mais difícil para a testemunha visualizar a sua identidade. Quanto à distintividade, sabe-se que rostos com alguma particularidade (e.g. sinais, tatuagens) são mais facilmente identificados (Wixted et al., 2018). Um rosto torna-se familiar devido à sua visualização de forma repetida. Se o ofensor for desconhecido da testemunha, é menos provável que esta o reconheça do que se o mesmo fosse seu conhecido (Meissner, Brigham & Butz, 2005). Numerosos estudos demonstram que rostos classificados como invulgares são reconhecidos significativamente melhor do que rostos classificados como típicos na sua aparência (e.g., Meissner et al., 2005; Kleider et al., 2012; Knuycky et al., 2014). No que concerne ao sexo do ofensor, os rostos femininos são, geralmente, mais facilmente identificados (Tredoux et al., 2004).

Por outro lado, existem variáveis que estão sob o controlo do sistema de justiça, tais como, a forma de tratamento da testemunha e a forma como os agentes de autoridade tentam obter informações da mesma (Tredoux et al., 2004). Nas últimas décadas, têm sido levantadas questões acerca da potencial falta de fiabilidade das tarefas de identificação das testemunhas. Assim, importa definir os critérios a utilizar quando se administra uma *lineup* (Wells et al., 2020).

Para uma melhor eficácia na tarefa de identificação de suspeitos, Wells e colaboradores (2020) definiram algumas recomendações para os administradores das linhas de identificação de suspeitos. Em primeiro lugar, antes de conduzir um processo de identificação e logo que seja possível após o cometimento do crime, o agente deverá entrevistar a testemunha para registar as descrições sobre o culpado, obter o seu relato acerca das condições de visibilidade e atenção durante o crime, documentar quaisquer alegações de familiaridade prévia com o ofensor e instruí-la para que não discuta o evento com outras testemunhas. Em segundo lugar, os agentes deverão ter motivos, baseados em provas, para suspeitar que um indivíduo é culpado de um crime, antes de o incluir num procedimento de identificação. Essas provas deverão ser documentadas por escrito antes do alinhamento. As *lineups* deverão ser conduzidas utilizando um procedimento “*double blind*”, isto é, o agente não deverá saber quem é o culpado que se encontra no alinhamento, de forma a evitar que influencie, inadvertidamente, a testemunha. No caso de uma *lineup* que contenha registos fotográficos, é importante que não se faça sobressair o suspeito com base nas aparências físicas ou outros fatores contextuais, tais como vestuário ou o fundo da imagem. Quando chama uma testemunha para esta tarefa, o agente não deverá sugerir que o culpado se encontra no alinhamento. Em vez disso, deverá alertar a testemunha para o facto de o suspeito poder não estar presente e, assim, esta poderá rejeitar a *lineup*. Deverão ainda informar a testemunha que, no caso de se sentir incapaz de tomar uma decisão, poderá responder “não sei” (Wells et al., 2020).

As testemunhas de crimes estão sujeitas a processos básicos de cognição e influência social e são vulneráveis a lapsos graves de exatidão e confiança mal aplicada. No caso de uma testemunha ocular, há uma maior probabilidade de experienciar um acontecimento inesperado e carregado de emoções e um processo pós-evento intenso, frequentemente, sob pressão externa para produzir uma narrativa coesa e detalhada do crime. As sugestões externas, juntamente com uma memória, muitas vezes, reduzida do evento, podem constituir um desafio para o sistema de memória humana. Uma testemunha ideal codificaria toda a informação de um crime de forma completa, significativa e precisa na memória, retê-la-ia a longo prazo e, posteriormente, recuperá-la-ia e relatá-la-ia integralmente, quando solicitada pelos investigadores. Esta

testemunha ideal teria, assim, de passar por três fases: codificação, armazenamento, e recuperação de informações e imagens (Stebly, 2015).

A influência dos estereótipos na tarefa de identificação de suspeitos

Vários estudos revelam que existem associações tendenciosas entre determinadas características faciais e o comportamento criminal, que podem contribuir para o erro na identificação de suspeitos (Knuycky et al., 2014). Existe também um conjunto de estereótipos acerca da aparência facial, que influenciam a codificação da informação de rostos e podem, por isso, influenciar as tarefas de identificação (Eberhardt et al., 2004).

A identificação de um suspeito pode ser influenciada pela categorização facial, que é impulsionada por estereótipos étnicos associados a determinados tipos de rosto. Indivíduos negros, mais do que qualquer outro grupo racial, estão intimamente associados ao estereótipo criminal (Kleider et al., 2012) e, segundo Eberhardt e colaboradores (2006), quanto mais os traços físicos de um indivíduo se parecem aos de um(a) negro(a), mais essa pessoa é vista como criminosa.

O erro de memória de uma testemunha é a causa mais frequente de condenações injustas para indivíduos que são, mais tarde, exonerados através de testes de ADN, sendo que os sujeitos de raça negra recebem a maioria destas condenações (Najdowski, 2011). Os estereótipos criminais podem interferir no tratamento justo dos indivíduos e, por esse motivo, é importante estar ciente destes preconceitos e entender que estes poderão ter implicações no sistema de justiça criminal (MacLin & Herrera, 2006). A associação entre determinadas características faciais e a criminalidade é praticamente automática e/ou reflexiva. Esta associação negativa pode, sem dúvida, estar enraizada em tradições culturais do passado e muito presente atualmente devido à cobertura mediática de sujeitos negros e do seu comportamento criminoso (Kleider et al., 2012). Num estudo de Dixon e Maddox (2005), todos os participantes consideraram a vítima e o perpetrador mais fáceis de memorizar quando o perpetrador era um homem negro. Os rostos de raças diferentes são mais suscetíveis de serem categorizados pela sua identidade racial, impactando, assim, de forma negativa, o reconhecimento facial (Knuycky et al., 2014). Indivíduos de raça negra são categorizados em grupos, conforme o grau em que possuem características estereotipadas da sua própria etnia, isto é, pele mais escura, nariz mais largo e lábios mais carnudos. Estas características faciais estereotipadas ativam, automaticamente, estereótipos comportamentais negativos, tais como, agressão, violência e criminalidade (Knuycky et al., 2014). Assim, indivíduos negros com características estereotipadas são mais suscetíveis de serem identificados, de forma injusta, como os culpados.

O rosto de um negro que mais se assemelhe ao de um indivíduo caucasiano é o mais provável de ser associado a traços positivos (Kleider et al., 2012).

Num estudo de Edlund e Skowronski (2008), foi possível observar que as testemunhas com elevados níveis de preconceito foram mais precisas na identificação de ofensores de etnia africana, comparativamente àquelas que apresentavam baixos níveis de preconceito. Uma possível explicação para este fenómeno é o facto de as testemunhas racialmente preconceituosas serem altamente eficazes a processar informações sobre um crime em que a raça do perpetrador (e.g., raça negra), se adequa à natureza desse mesmo crime (e.g., um tiroteio). Rostos negros e corpos negros podem desencadear pensamentos de crime, o que, na prática, poderá ter implicações na identificação por testemunhas oculares. Indivíduos de raça negra podem ser mais vulneráveis a falsas identificações em *lineups* de suspeitos. Este tipo de falsas identificações poderá acontecer quando o verdadeiro perpetrador está presente no alinhamento e a testemunha é visualmente atraída para o rosto do suspeito de etnia africana (Eberhardt et al., 2004).

Para além dos indivíduos de raça negra, é notória a existência de estereótipos criminais associados a outros grupos étnicos, nomeadamente em relação aos indivíduos do médio Oriente. Após o ataque de 11 de setembro 2001, verificou-se um aumento exponencial do preconceito e da discriminação em relação aos indivíduos do médio Oriente. Este grupo está permanentemente a ser associado a fenómenos como o terrorismo e a criminalidade (Welch, 2016).

Num estudo de Brown e colaboradores (2017), que procurou analisar o preconceito da população americana perante indivíduos árabes, concluiu-se que os americanos revelam estereótipos extremamente negativos, relacionados com a criminalidade, em relação a sujeitos do médio Oriente. Estes foram caracterizados como indivíduos violentos, furiosos, terroristas e, frequentemente, personificados por imagens de Osama bin Laden. Os estereótipos diferem entre homens e mulheres árabes, sendo os homens caracterizados de forma mais negativa pela população e retratados, maioritariamente, como terroristas violentos. A população americana relata ainda sentir medo de homens muçulmanos e/ou árabes, especialmente quando estes utilizam as suas vestes próprias, tais como o hijab, no caso das mulheres, e o turbante, no caso dos homens. Os adolescentes muçulmanos americanos relatam ser frequentemente discriminados e preocupam-se com o facto de serem julgados pelos outros. É-lhes questionado, constantemente, sobre o facto de serem terroristas e sobre o seu vestuário.

No que concerne aos indivíduos de origem asiática, estes são considerados pela sociedade como uma população modelo, uma vez que, devido ao seu trabalho metódico e

persistente e aos seus valores, conseguiram alcançar um grande sucesso económico. São reconhecidos ainda pelo seu sucesso académico, pela sua elevada rentabilidade produtiva, estabilidade familiar e pelo reduzido nível de criminalidade (Yen, 2000). Ao nível do sistema de justiça, os asiáticos representam um baixo número de comportamentos desviantes e sinalizações, enquanto adolescentes e adultos (Franklin & Fearn 2010).

Objetivos e hipóteses do estudo

Tal como suprarreferido, a literatura descreve, essencialmente, fatores de natureza física (e.g. particularidade/tipicidade de um rosto e etnia) para explicar erros na identificação de suspeitos. No sentido de estudar, de forma mais aprofundada, esses mesmos fatores, e apurar variáveis de outra natureza, o presente estudo procedeu ao levantamento das crenças que os indivíduos portugueses possuem acerca dos ofensores, de forma a perceber se estas têm impacto na tarefa de identificação de suspeitos. Este estudo teve ainda como objetivo perceber se estas mesmas crenças variam conforme os diferentes tipos de crimes.

De acordo com a literatura, sabe-se que a idade, sexo e profissão são características das testemunhas que têm influência no processo de memorização de um suspeito num crime e, conseqüentemente, impactam a tarefa de identificação num alinhamento de suspeitos (Tredoux et al., 2004; Ferguson & Ireland, 2016). No entanto, não existem ainda estudos que analisem a influência das habilitações literárias/grau de formação das testemunhas nas tarefas de identificação de suspeitos e, como se sabe, a formação de um indivíduo procura reajustar as crenças e preconceitos negativos que este constroi em torno da sociedade (Scopel & Gomez, 2006). Assim, o presente estudo procurou estudar também o impacto que a escolaridade de um indivíduo tem ao nível do relato de crenças em relação aos ofensores e de que forma estas crenças variam de acordo com as diferentes habilitações literárias das testemunhas.

Tendo em conta a grande maioria dos estudos existentes com amostras semelhantes, será expectável encontrar crenças e estereótipos nos participantes que, por sua vez, irão enviesar as tarefas de identificação dos sujeitos (Kleider et al., 2012). Será de prever que as características faciais estereotipadas, ou rostos de indivíduos de etnias diferentes da dos participantes e com elementos físicos atípicos, irão ativar estereótipos criminais (Knuycky et al., 2014).

Num estudo semelhante de MacLin e Herrera (2006) acerca dos estereótipos que os indivíduos possuem em relação aos ofensores, concluiu-se que os estereótipos acerca de um criminoso envolvem características muito específicas, que variam conforme diferentes etnias. Poderá ser possível encontrar neste estudo esses mesmos estereótipos, relacionados com o

aspecto físico dos perpetradores. Relativamente aos ofensores caucasianos, estes poderão ser descritos como indivíduos loiros, de olhos azuis, altos e magros, que utilizam roupa larga e deteriorada. Os ofensores de raça negra poderão ser caracterizados como sujeitos altos ou grandes, de pele escura, que utilizam roupas largas e dentes de ouro. Por último, os criminosos de origem asiática poderão ser descritos como indivíduos discretos e com tatuagens.

No que concerne às características psicológicas dos ofensores, num estudo de Cotê-Lussier (2016), os participantes caracterizaram-nos como sendo pessoas frias, de pouca confiança, revoltadas contra a sociedade e com um baixo estatuto social, em termos de desempenho económico e educacional. Perante estas crenças, será expectável que, também neste estudo, se apurem atitudes discriminatórias em relação aos ofensores. Os participantes poderão revelar respostas de raiva, mal-estar e falta de compaixão para com os agressores, nomeadamente com os ofensores de raça negra. Segundo Knuycky e colaboradores (2014), os ofensores de raça negra irão ativar automaticamente estereótipos criminais nos participantes. Os criminosos do médio Oriente poderão também ativar estereótipos relacionados com o crime pois, segundo um estudo semelhante de Brown et al., (2017), estes são temidos pela população por serem considerados violentos e associados ao terrorismo. De acordo com a literatura, os ofensores de origem asiática poderão ser aqueles que menos estereótipos criminais irão ativar, na medida em que são considerados uma população modelo e de referência (Yen, 2000; Franklin & Fearn, 2010).

Método

Amostra

Este estudo foi composto por 160 participantes, com idades compreendidas entre os 20 e os 85 anos ($M = 32$ anos e 9 meses; $DP = 13.7$), dos quais 108 (68%) eram indivíduos com ensino superior (licenciatura, mestrado, pós graduação ou doutoramento) e 52 (32%) eram pessoas com um grau de escolaridade, no máximo, até ao décimo segundo ano. Da amostra recolhida, 114 dos participantes eram do sexo feminino (71%) e 46 do sexo masculino (29%). Todos os participantes foram recrutados por conveniência, através da rede de contactos da investigadora, e todos se voluntariaram para participar.

Instrumentos

Foi criado um questionário sociodemográfico (Anexo II) com o objetivo de recolher dados que descrevessem a amostra em estudo. O questionário fez um levantamento da idade,

gênero, estado civil, habilitações literárias, profissão, nacionalidade, etnia e religião de cada participante.

Foram utilizadas as Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito (EMI) e a Escala de Motivação Externa para Responder sem Preconceito (EME), desenvolvidas por Plant e Devine (1998), que pressupõem que estes dois tipos de motivação, interna e externa, têm influência nas reações preconceituosas e não-preconceituosas dos indivíduos. Nesse sentido, isolando os efeitos de ambas as motivações, é possível perceber qual o seu impacto nas respostas dos participantes. Cada item está associado a uma escala de nove pontos, em que (1) corresponde à resposta “discordo fortemente” e (9) a “concordo fortemente” (Palma & Moroco, 2008). Ambas as escalas foram traduzidas, adaptadas e validadas para a população portuguesa por Palma e Maroco, em 2008.

Para avaliar as percepções e estereótipos dos participantes em relação aos ofensores foi criado um questionário (Anexo V), com base no *Criminal Stereotypes Questionnaire*, de MacLin e Herrera (2006), que consistiu numa série de questões acerca das percepções relativamente aos ofensores em geral (incluindo traços de personalidade, comportamentos durante a infância e aparência física), ofensores de determinados tipos de crime (homicídio, violência doméstica e abuso sexual) e de criminosos de determinadas etnias, tais como, caucasianos, africanos, asiáticos e do médio oriente. Para além das percepções acerca dos ofensores, este questionário procurou também fazer um levantamento das crenças dos participantes quanto ao fenómeno da “criminalidade” (MacLin & Herrera, 2006).

Por último, foi utilizada também a Escala de Preconceito Flagrante, desenvolvida por Lins, Lima-Nunes e Camino (2014) para a população brasileira, com base na Escala de Rejeição da Intimidade, criada por Pettegrew e Mertens, em 1995. Esta escala procura medir os aspetos mais explícitos do preconceito (e.g. “ver um negro a namorar com uma branca”; “ter uma pessoa de cor negra como chefe”). É composta por nove itens e as respostas são dadas em formato Escala de Lickert, variando de um a cinco, em que (1) corresponde a “não incomoda” e (5) corresponde a “incomoda muito” (Lins et al., 2014). Foi realizada uma análise fatorial exploratória dos itens que compõem a escala com rotação Varimax, de modo a aferir a sua estrutura fatorial. Os resultados do Teste de Esfericidade de Bartlett ($\chi^2 = 1786.4$; $df = 36$; $p < 0.001$) e da prova de Kaiser-Mayer-Olkin (KMO = 0.9) indicaram que a matriz de correlações é excelente. A análise fatorial exploratória demonstrou a existência de três fatores, que explicam cerca de 91% da variabilidade dos dados e que cujos pesos (*loadings*) são elevados (todos $> 0,5$). Os valores das comunalidades são bons (todos $> 0,5$ - ver Anexo VI).

O instrumento de análise de dados utilizado no estudo foi o IBM SPSS *Statistics* – Versão 27.

Procedimento

A recolha de dados realizou-se em formato digital. Assim, o protocolo (i.e., conjunto de questionários que compuseram o estudo) foi construído e administrado online. Em primeiro lugar, os participantes foram convidados a ler e validar o consentimento informado (Anexo I), caso autorizassem a sua participação no estudo. De seguida, preencheram o questionário sociodemográfico que avaliou as dimensões supramencionadas.

Após esta primeira fase, os participantes observaram cinco vídeos (Anexo III), em que três deles representavam diferentes cenários de um crime (assédio sexual, assalto e homicídio) e dois eram vídeos de conteúdo aleatório (anúncios), com o objetivo de distrair os participantes do principal objetivo da tarefa – a identificação dos perpetradores dos crimes. Os vídeos apareciam no questionário de forma intercalada e foram apresentados pela mesma ordem a todos os participantes.

Antes de procederem à tarefa de identificação, os participantes responderam à Escala de Preconceito Flagrante. Desta forma, os participantes fizeram um pequeno intervalo (tempo de resposta à escala – aproximadamente 3 a 5 minutos) entre a visualização e a tarefa de identificação.

Numa terceira fase, os participantes procederam à tarefa de identificação através de *lineups* simultâneas de suspeitos (Anexo IV). Foram apresentadas cinco *lineups* (mesmo para os dois vídeos de conteúdo aleatório) com cinco e seis fotografias de possíveis perpetradores ou personagens principais dos vídeos e pedido aos participantes que escolhessem, de entre esse conjunto de opções, quais os rostos que correspondiam aos indivíduos presentes nos vídeos. Cada *lineup* era constituída pelo sujeito do vídeo e por outros de diferentes etnias, com/sem pelos faciais, com/sem *piercings*, com/sem óculos, com diferentes cortes de cabelo e de diferentes idades. Com recurso ao *Adobe Photoshop*, o rosto dos indivíduos presentes nos vídeos foram sujeitos a algumas alterações e três das fotografias presentes nas *lineups* correspondiam ao perpetrador, mas com o rosto alterado. O objetivo desta experiência foi perceber se determinadas características faciais dos indivíduos, bem como seu o tom de pele, viriam a ativar estereótipos criminais nos participantes e, conseqüentemente, se impactavam a tarefa de identificação.

Por fim, os participantes responderam ao Questionário de Estereótipos Criminais e às Escalas de Motivação Interna e Externa para Responder sem Preconceito.

Posteriormente, os dados recolhidos foram analisados com recurso ao IBM SPSS *Statistics*, de acordo com uma metodologia quantitativa. No entanto, para que fosse possível realizar este tipo de análise, os dados correspondentes às questões de resposta aberta foram analisados qualitativamente e, por sua vez, agrupados em categorias de resposta para que pudessem ser codificados no IBM SPSS.

Foi feito um levantamento das crenças e estereótipos de todos os participantes acerca dos ofensores e, posteriormente, analisou-se o impacto destas mesmas crenças e estereótipos nas tarefas de identificação. Compararam-se as crenças e estereótipos dos participantes relativamente aos diferentes tipos de crime (homicídio, abuso sexual e violência doméstica) e aos diferentes ofensores (caucasianos, negros, do médio Oriente e asiáticos). Por último, todos estes dados foram comparados entre os dois grupos de participantes: indivíduos com ensino superior e indivíduos, no máximo, com o décimo segundo ano de escolaridade.

Resultados

Plano Analítico

No que concerne aos dados relativos às Escalas de Motivação Interna e Externa para Responder sem Preconceito e à Escala de Preconceito Flagrante, estes foram operacionalizados em três variáveis que correspondiam ao *Score* Total das respetivas escalas. Estas pontuações foram obtidas com base no cálculo das médias dos itens que constituíam cada dimensão. Quanto à variável *Score* Total da Escala de Preconceito Flagrante, os participantes foram divididos em dois grupos, com base na mediana: indivíduos com preconceito e indivíduos sem preconceito e foi criada a variável “Nível de Preconceito”.

As respostas às questões abertas relacionadas com a descrição física e psicológica dos ofensores foram agrupadas em categorias de resposta (e.g. Aspeto físico de um(a) abusador(a) sexual - DESLEIXADO; Personalidade de um(a) homicida - FRIO/INSENSÍVEL), que diferiram de acordo com as respostas dos participantes a cada questão. Cada categoria de resposta foi codificada em 0 “não deu essa resposta” e 1 “deu essa resposta”, tornando-as, assim, variáveis nominais.

Foram também computadas variáveis classificadas como “Crenças Negativas” para todas as questões relacionadas com o aspecto típico e a personalidade dos ofensores. Para cada uma destas variáveis, foram contabilizadas as características de cariz negativo referidas pelos participante em relação a cada ofensor (e.g. “Crenças Negativas em relação aos agressores

sexuais”), incluindo características como “agressivo”, “manipulador” ou “desleixado”. Estas variáveis foram classificadas como variáveis de escala. Foram ainda computadas variáveis denominadas “Não há um Padrão” para as mesmas questões que requeriam uma descrição dos ofensores. Aqui foram incluídas as respostas dos participantes que não foram capazes de fazer uma caracterização específica dos agressores.

Para as questões relacionadas com a identificação dos sujeitos presentes nos vídeos, foi computada uma variável que comportava os grupos “resposta correta” e “resposta incorreta”.

Os dados dos participantes relativamente às habilitações literárias foram agrupados em dois grupos: “Ensino Secundário”, que englobou todos os participantes com escolaridade até ao 12º ano ou com Bacharelato/Curso Médio e “Ensino Superior”, que incluiu os participantes com Licenciatura, Mestrado, Pós-Graduação ou Doutoramento.

Os dados foram analisados através de Testes de Associação e Testes de Diferenças.

Análises preliminares

Em primeiro lugar, através do Coeficiente de Correlação de Pearson, foi possível encontrar uma correlação negativa, estatisticamente significativa, entre as pontuações da Escala de Preconceito Flagrante ($M = 1.8$, $DP = 8.7$) e da Escala de Motivação Interna, $r = -.40$, $p < .001$. O mesmo teste foi utilizado para analisar a relação entre os *scores* das Escala de Preconceito Flagrante e da Escala de Motivação Externa, em que se verificou haver uma correlação positiva, estatisticamente significativa, entre estas duas variáveis, $r = .28$, $p = .005$.

Através de um Teste T para Amostras Emparelhadas, foram comparadas as pontuações dos participantes ao nível das Escalas de Motivação Interna e Externa para Responder sem Preconceito. Verificou-se a existência de diferenças significativas ao nível da motivação interna e externa dos participantes para responder sem preconceito, $t(96) = 14.39$, $p < .001$. A Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito obteve maior pontuação por parte dos participantes ($M = 3.8$, $DP = 0.6$), comparando com a pontuação obtida na Escala de Motivação Externa para Responder sem Preconceito ($M = 1.9$, $DP = 1.1$).

Habilitações literárias

Tendo em conta que no presente estudo participaram indivíduos com diferentes níveis de escolaridade, realizaram-se um conjunto de análises com o intuito de perceber se esta variável influenciava os resultados obtidos. Assim, ao comparar os dois grupos da variável “Habilitações Literárias” através do Teste Não Paramétrico de Mann-Whitney (visto não se

terem cumprido os pressupostos de normalidade para realização de um Teste Paramétrico), verificou-se que não existiram diferenças significativas entre os participantes com o ensino secundário e os participantes com ensino superior, ao nível da pontuação obtida na Escala de Preconceito Flagrante, $U = 2.75, p = .746$.

A variável “Habilitações Literárias” foi relacionada com a variável “Nível de Preconceito”, através de um Teste Qui-Quadrado, que concluiu não haver uma associação entre estas variáveis, $\chi^2 (1) = 0.09, p = .762$.

Foram também comparadas as respostas dos participantes dos dois grupos da variável “Habilitações Literárias” ao nível da pontuação na Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito e, posteriormente, ao nível da pontuação na Escala de Motivação Externa para Responder sem Preconceito, não se tendo verificado diferenças significativas, $U = 798, p = .122, U = 919.50, p = .591$, respetivamente.

A variável “Habilitações literárias dos participantes” foi relacionada com a variável “Crenças Negativas”, existente em todas as questões relativas à caracterização de um criminoso. Para esta análise foram utilizados Testes de Mann-Whitney, visto não se terem cumprido os pressupostos de normalidade necessários para a aplicação de testes paramétricos. Verificou-se que não existem diferenças significativas entre as habilitações literárias dos participantes e o número de crenças negativas que relataram acerca de um agressor sexual, $U = 1028.50, p = .959$; de um perpetrador de violência doméstica, $U = 995.50, p = .938$; de um homicida, $U = 806, p = .248$; de um criminoso caucasiano, $U = 686, p = .310$; de raça negra, $U = 774, p = .461$; do Médio Oriente $U = 673.50, p = .432$ e, por último de um criminoso asiático, $U = 3717.50, p = .067$.

No sentido de avaliar a precisão da identificação dos indivíduos nas *lineups* correspondentes aos três vídeos de crime, ao nível dos participantes com diferentes habilitações literárias, foram utilizados Testes Qui-Quadrado. Assim, na *lineup* correspondente ao primeiro vídeo, que representava uma situação de Assédio Sexual, não se encontraram associações significativas nas respostas dos dois grupos, $\chi^2 (1) = 0.00, p = .986$. Na *lineup* correspondente ao vídeo que representava uma cena de assalto com reféns também não foram encontradas associações significativas na precisão das respostas dos dois grupos de participantes, $\chi^2 (1) = 0.99, p = .319$. Por último, também não se encontraram associações significativas entre os participantes com diferentes habilitações literárias e uma resposta correta ou incorreta na *lineup* correspondente ao vídeo que retratava um homicídio, $\chi^2 (1) = 0.06, p = .812$.

Apenas foram encontradas diferenças significativas entre os dois grupos de participantes (ensino secundário e ensino superior) ao nível da variável “Quais são as habilitações literárias

que pensa que um criminoso tem?”. Através de um Teste de Mann-Whitney, $U = 1.55$, $p = .002$, verificou-se que os participantes com escolaridade até ao 12º ano consideraram que um criminoso teria um nível de escolaridade reduzido, comparativamente com o outro grupo, que considerou que os criminosos seriam indivíduos com um grau de escolaridade superior.

Preconceito em relação aos ofensores

Na amostra total, foi possível verificar que, tendo em conta o tipo de crime, os agressores sexuais e os perpetradores de violência doméstica são percecionados pelos participantes de forma mais negativa. No que respeita à etnia dos ofensores, foi possível verificar que os participantes relataram um maior número de crenças negativas em relação a criminosos do Médio Oriente e crenças menos negativas em relação aos ofensores de origem asiática (ver Tabela 1).

Tabela 1

Número total de crenças negativas atribuídas pelos participantes em relação ao tipo de crime/etnia do criminoso

	<i>n</i>
Agressor Sexual	91
Perpetrador de Violência Doméstica	90
Homicida	83
Caucasiano	47
Raça Negra	49
Médio Oriente	57
Asiático	31

Tendo em conta a amostra total, os participantes descreveram os ofensores em geral como sendo indivíduos pouco empáticos e/ou frios (26%), agressivos (24%), manipuladores e/ou mentirosos (19%), altos e corpulentos (18%), desleixados (18%) e mentalmente instáveis (18%).

Relativamente à caracterização de um ofensor de acordo com o tipo de crime, tal como observado na Tabela 1, os agressores sexuais e os perpetradores de violência doméstica foram os ofensores caracterizados de forma mais negativa pelos participantes. Nas Tabelas 2 e 3, encontram-se as características atribuídas em maior número pelos participantes e as respetivas percentagens.

Tabela 2*Caraterísticas mais atribuídas pelos participantes em relação aos ofensores sexuais*

	<i>n</i>	%
Robusto/corpulento	40	25
Dominante/possessivo	28	18
Manipulador	27	17
Doente/desequilibrado	23	14
Depravado/sem escrúpulos	21	13
Sexualmente frustrado e/ou inseguro	19	12

Tabela 3*Caraterísticas mais atribuídas pelos participantes aos perpetradores de violência doméstica*

	<i>n</i>	%
Agressivo e/ou manipulador	51	32
Controlador/ciumento	45	28
Forte e corpulento	43	27
Frustrado e/ou inseguro	23	14
Doente/desequilibrado	18	11

No que concerne à caracterização de um ofensor de acordo com a sua etnia, tal como observado na Tabela 1, os ofensores negros e do médio Oriente foram aqueles que reuniram características mais negativa por parte dos participantes. Nas Tabelas 4 e 5, encontram-se as características mais relatadas pelos participantes e as respetivas percentagens. É de salientar que, no que diz respeito à etnia dos ofensores, apenas foi pedido aos participantes que os caracterizassem fisicamente.

Tabela 4*Caraterísticas mais atribuídas pelos participantes em relação aos ofensores de raça negra*

	<i>n</i>	%
--	----------	---

Alto e corpulento	50	31
Desleixado/pouco asseado	27	17
Utilização de acessórios	23	14
Utilização de roupas largas, desportivas e/ou escuras	18	11

Nota. A utilização de acessórios engloba fios e dentes de ouro, *piercings*, pulseiras e bonés.

Tabela 5

Caraterísticas mais atribuídas pelos participantes em relação aos ofensores do médio Oriente

	<i>n</i>	%
Desleixado/pouco asseado	36	23
Baixa/média estatura	29	18
Pele, cabelo e olhos escuros	24	15
Utilização de turbante/burca, vestes largas e/ou acessórios	13	8
Barba ou bigode	13	8

No que diz respeito à questão “Quando pensa num criminoso, acha que este será capaz de manter um trabalho/emprego?”, 92 participantes, o que equivale a 58% da amostra, consideraram os ofensores capazes de manter um trabalho. Já 51 participantes, ou seja, 32% da amostra, responderam que não à mesma pergunta. No caso dos participantes que responderam afirmativamente, foram, posteriormente, questionados acerca da profissão que pensam que um ofensor é capaz de exercer. As respostas dadas com maior frequência pelos participantes foram “Capaz de exercer qualquer profissão” ($n = 28$) e “Administração/cargos políticos” ($n = 14$), seguidas de “Construção Civil” ($n = 5$) e “Caixa de Supermercado” ($n = 4$).

Quando pedido para caracterizar o agregado familiar de um ofensor, 67 participantes, o que corresponde a 42% da amostra, consideraram que estes são indivíduos solteiros; 55 participantes, ou seja, 34% da amostra, imaginam um ofensor casado; 48 participantes (30%) acham que os criminosos são divorciados; 44 participantes (28%) vêem os ofensores como chefes de família, 34 participantes (21%) consideram o ofensor um pai ou mãe solteiro(a) e 26 participantes (16%) pensam que estes são viúvos.

Relação entre o preconceito e as crenças acerca dos ofensores

Através do Coeficiente de Correlação de Pearson, a variável “Score Total da Escala de Preconceito Flagrante” e as variáveis “Crenças Negativas”, mencionadas anteriormente, foram relacionadas. Através desta análise, verificou-se que existe uma correlação positiva, estatisticamente significativa, entre as variáveis “Score Total da Escala de Preconceito Flagrante” e “Crenças Negativas acerca de um Agressor Sexual”, $r = .22, p = .028$. Uma pontuação mais elevada na Escala de Preconceito Flagrante mostrou estar relacionada com um maior relato de crenças negativas acerca dos agressores de cariz sexual.

As variáveis “Crenças Negativas” em relação a um determinado tipo de ofensor foram relacionadas entre si, novamente através do Coeficiente de Correlação de Pearson. Com esta análise verificaram-se correlações positivas, estatisticamente significativas entre as “Crenças Negativas acerca dos criminosos no geral” e as “Crenças Negativas acerca de um perpetrador de Violência Doméstica”, $r = .33, p = .001$; “Crenças Negativas acerca dos criminosos no geral” e “Crenças Negativas acerca de um Homicida”, $r = .25, p = .017$; “Crenças Negativas acerca de um Agressor Sexual” e “Crenças Negativas acerca de um perpetrador de Violência Doméstica”, $r = .28, p = .005$; “Crenças Negativas acerca de um Agressor Sexual” e “Crenças Negativas acerca de um Homicida”, $r = .35, p < .001$ e, por último, entre as variáveis “Crenças Negativas acerca de um perpetrador de Violência Doméstica” e “Crenças Negativas acerca de um Homicida”, $r = .36, p < .001$.

Tarefas de identificação de suspeitos

Na *lineup* correspondente à situação de assédio sexual (Anexo IV - Figura 1), o maior número de respostas ($n = 89$), que equivale a 56% da amostra, identificaram corretamente o sujeito (rosto número quatro), 12% dos participantes identificaram o rosto número cinco, um indivíduo de etnia cigana, 9% dos participantes identificaram o rosto número um, um indivíduo caucasiano de barba e cabelos escuros e 6% identificaram o rosto número três, o equivalente ao rosto correto, mas com o acréscimo de tatuagem e *piercing*. Na *lineup* da situação de assalto com reféns (Anexo IV- Figura 3), a maioria dos participantes ($n = 117$), ou seja, 73% da amostra respondeu acertadamente (rosto número dois). Oito participantes, 5% da amostra, responderam a opção número três, um rosto de um indivíduo de meia idade, com uma expressão facial carregada. Também oito participantes responderam a opção número seis, o rosto correspondente ao correto mas com algumas alterações, nomeadamente, emagrecimento da

face, aclareamento da barba, cabelo e olhos e adição de *piercing* na orelha esquerda. Na *lineup* correspondente ao vídeo do homicídio (Anexo IV – Figura 5), a maioria dos participantes ($n = 118$), o que equivale a 74% da amostra, respondeu corretamente (rosto número quatro); 11% dos participantes responderam a opção número dois, o rosto correspondente ao correto, no entanto, com alterações ao nível do tom de pele, que foi escurecido, o acrescento de *piercing* no nariz e tatuagem no rosto. Na *lineup* correspondente ao vídeo da campanha da Unicef contra o racismo (Anexo IV – Figura 2), a maioria dos participantes ($n = 115$), ou seja, 72% da amostra, respondeu de forma acertada (rosto número cinco). Por último, na *lineup* correspondente ao anúncio da Coca Cola (Anexo IV – Figura 4), o maior número de respostas ($n = 57$) corresponderam à opção correta (rosto número quatro).

As respostas dos participantes foram classificadas como corretas ou incorretas, tendo em conta o indivíduo que identificaram em cada *lineup*. Após a divisão das respostas dos participantes em dois grupos: resposta correta e resposta incorreta, foram analisados os dados das *lineups* correspondentes aos diferentes tipos de crime: assédio sexual, assalto com reféns e homicídio (ver Tabela 6).

Tabela 6

Respostas corretas e incorretas dos participantes às lineups dos diferentes tipo de crime

	Correto (%)	Incorreto (%)	Mo^3	Dados omissos
Assédio sexual	56	35	1	14
<i>Lineups</i> Assalto com reféns	74	17	1	14
Homicídio	74	16	1	16

Nota. As respostas foram codificadas em 0 = resposta incorreta e 1 = resposta correta.

Influência do preconceito e das crenças negativas em relação aos ofensores na identificação de suspeitos

As respostas corretas e incorretas relativamente à *lineup* do vídeo sobre o assédio sexual foram relacionadas com a variável “Não há um padrão”, correspondente ao aspecto físico de um agressor sexual, através de um Teste Qui-Quadrado. Verificou-se que não existia associação entre estas duas variáveis, $\chi^2 (1) = 0.91, p = .341$.

As respostas corretas e incorretas relativamente à *lineup* do vídeo com a situação de homicídio foram relacionadas com a variável “Não há um padrão”, correspondente ao aspecto físico de um homicida. Não se verificou a existência de uma associação significativa entre estas duas variáveis, Teste Exato de Fisher, $p = .504$.

A variável de resposta correta ou incorreta relativamente à *lineup* do vídeo de assédio sexual foi novamente utilizada, desta vez para ser relacionada com a variável “Crenças Negativas sobre um Agressor Sexual”, através do Coeficiente de Correlação Ponto-Bisserial, que concluiu não haver associação entre estas variáveis, $r_{pb} = .05, p = .633$. A mesma análise foi realizada para as variáveis de resposta correta ou incorreta à *lineup* do vídeo de homicídio e “Crenças Negativas sobre um Homicida” e, novamente, não se verificou uma associação estatisticamente significativa entre estas duas variáveis, $r_{pb} = -.08, p = .463$.

A variável “Nível de Preconceito” foi relacionada com as variáveis de resposta correta ou incorreta em relação às *lineups* do Agressor Sexual e do Homicida, através de um Teste Qui-Quadrado. Com esta análise, verificou-se que não existe associação entre estas variáveis, $\chi^2(1) = 0.17, p = .678$ e, Teste Exato de Fisher, $p = .580$, respetivamente.

Análises Complementares

Influência da faixa etária na tarefa de identificação de suspeitos

Uma vez que o presente estudo revelou uma escassez de associações significativas, foram realizadas análises complementares ao nível da faixa etária dos participantes, pois, tal como supra referido, a idade é uma característica da testemunha que também poderá interferir na tarefa de identificação de um suspeito (Tredoux et al., 2004). Desta forma, foi analisada a influência da idade de uma testemunha na tarefa de identificação de suspeitos, em indivíduos portugueses.

A amostra do presente estudo foi então dividida por faixas etárias, tendo sido adicionada uma variável que comportou quatro grupos: os participantes entre os 20 e os 30 anos, os participantes entre os 31 e os 40 anos, os participantes entre os 41 e os 55 anos e, por fim, todos os participantes com idade superior a 55 anos. Os resultados estatisticamente significativos que surgiram destas análises serão reportados em seguida.

Encontrou-se uma associação estatisticamente significativa entre a faixa etária dos participantes e a precisão da identificação do suspeito na *lineup* correspondente ao vídeo do assédio sexual, $\chi^2(3) = 9.60, p = .022$. Enquanto os participantes da faixa etária entre os 20 e os 30 anos apresentaram mais respostas corretas do que incorretas, nas restantes faixas etárias o número de respostas corretas foi igual ou inferior ao número de respostas incorretas (ver Tabela 7). É de realçar que, do número total de participantes, apenas foram contabilizadas 144 respostas, pois, as restantes 16 respostas foram classificadas como dados omissos.

Tabela 7

“Faixas Etárias dos Participantes” * “Respostas Corretas/Incorretas na *lineup* correspondente ao vídeo do Assédio Sexual” – contagem

	Resposta incorreta	Resposta correta	Total	
Faixa etária dos participantes	Participantes entre os 20 e os 30 anos	27	66	93
	Participantes entre os 31 e os 40 anos	7	7	14
	Participantes entre os 41 e os 55 anos	15	12	27
	Participantes com idade superior a 55 anos	6	4	10
Total	55	89	144	

Foi possível verificar também uma associação significativa entre a faixa etária dos participantes e a precisão da identificação do suspeito na *lineup* correspondente ao vídeo do homicídio, $\chi^2(3) = 12.99, p = .005$. Os participantes entre os 20 e os 30 anos foram aqueles que identificaram mais corretamente o rosto do indivíduo presente no vídeo (ver Tabela 8). É de realçar que, do número total de participantes, apenas foram contabilizadas 144 respostas, pois, as restantes 16 respostas foram classificadas como dados omissos.

Tabela 8

“Faixas Etárias dos Participantes” * “Respostas Corretas/Incorretas na lineup correspondente ao vídeo do Homicídio” – contagem

	Resposta incorreta	Resposta correta	Total
Participantes entre os 20 e os 30 anos	9	84	93
Participantes entre os 31 e os 40 anos	4	10	14
Participantes entre os 41 e os 55 anos	10	17	27
Participantes com idade superior a 55 anos	3	7	10
Total	26	118	144

Faixa etária e o nível de preconceito em relação aos ofensores

Por último, através de uma ANOVA Unifatorial, encontraram-se diferenças significativas entre a faixa etária dos participantes e a pontuação obtida na Escala de Preconceito Flagrante, $F(3, 155) = 3.36, p = .020$. O Teste *Post-Hoc* de Gabriel revelou que os participantes entre os 31 e os 40 anos foram os que apresentaram maior preconceito, comparativamente com os participantes entre os 20 e os 30 anos, entre os 41 e os 55 anos e entre os participantes com idade superior a 55 anos.

Discussão

A escassez de associações significativas verificada ao longo do estudo levou à conclusão de que as crenças dos indivíduos em relação aos ofensores não influenciaram a tarefa de identificação de um suspeito. Também não se encontraram associações entre as habilitações literárias dos participantes e o nível de preconceito relatado perante um criminoso.

Não foram encontradas diferenças entre o grau académico e o sujeito identificado nas *lineups*. No entanto, foi possível observar que o grupo de participantes do ensino superior

obteve taxas de acerto mais elevadas em todas as *lineups*. Os sujeitos identificados com maior frequência, para além dos corretos, foram os rostos de sujeitos com determinadas particularidades (e.g. tatuagens, *piercings*). Isto poderá ter um efeito na memória dos participantes, fazendo-os captar, com maior facilidade, as características menos comuns. Estes dados parecem corroborar, assim, a hipótese de que rostos classificados como atípicos ou invulgares são retidos na memória e reconhecidos significativamente melhor do que os rostos considerados vulgares e sem características que os diferenciem (Meissner et al., 2005).

Observou-se também que a taxa de acerto do primeiro vídeo foi substancialmente inferior às restantes, o que poderá significar que, de facto, o fator “tempo” é uma condicionante importante do processo de memorização de um rosto durante um crime, e que, quanto mais tempo passa entre a visualização do rosto e a tarefa de identificação, menor é a taxa de acerto (Tredoux et al., 2004). No entanto, apesar de ter sido o segundo vídeo a ser passado, a taxa de acerto nesse mesmo clipe foi elevada, o que se poderá dever ao facto de a pessoa em causa a ser identificada ser de raça negra. Este resultado vem de encontro ao estudo de Dixon e Maddox (2005), em que os indivíduos consideram os rostos de raça negra mais fáceis de memorizar e, consequentemente, identificar.

Através das respostas dos participantes, verificaram-se algumas crenças e estereótipos atribuídos especificamente a determinado tipo de ofensor e crenças e estereótipos comuns a todo o tipo de criminosos. Os participantes, na sua generalidade, descreveram um ofensor como um indivíduo de sexo masculino, alto e corpulento, com tatuagens e/ou *piercings*, de aspecto desleixado e com uma expressão facial séria ou carregada. Ao nível dos traços de personalidade, caracterizaram um criminoso como um indivíduo perturbado mentalmente, agressivo, manipulador e pouco empático, no entanto, inteligente e estratega. Quando abordados relativamente aos criminosos de cariz sexual, os participantes relataram respostas uniformemente mais negativas, comparativamente com os restantes tipos de ofensores. Quanto à fisionomia de um agressor sexual, a generalidade dos participantes considerou-os indivíduos velhos ou de meia idade, corpulentos e desleixados. Porém, houve quem os considerasse charmosos, sedutores e bem parecidos. Ao nível da personalidade, foram considerados indivíduos doentes, instáveis, sem escrúpulos, sexualmente frustrados ou inseguros, manipuladores, dominantes e possessivos. As respostas “Não há um padrão” foram dadas com menor frequência na caracterização física e psicológica de um agressor sexual. Os perpetradores de violência doméstica foram descritos, como sendo indivíduos do sexo masculino, jovens ou de meia idade, bastante encorpados, com um aspecto desleixado, ou, por outro lado, com uma aparência bastante cuidada. Foram considerados sujeitos controladores, ciumentos, machistas,

agressivos, manipuladores, frustrados ou inseguros, com patologia mental e que, aos olhos da sociedade, procuram mostrar-se amáveis. Os homicidas foram descritos pelos participantes como indivíduos caucasianos, do sexo masculino, carecas, com barba, tauados e com aspecto descuidado, ou, por outro lado, bem parecidos. Ao nível da personalidade, os participantes consideraram-nos psicopatas, frios e pouco empáticos, cruéis, impulsivos, porém, inteligentes e calculistas.

O que se pode concluir da caracterização dos criminosos pelos participantes, é que estes relataram crenças comuns a todos, independentemente do tipo de crime, nomeadamente, que são indivíduos altos e corpulentos, desleixados, com tatuagens, com alguma frieza emocional, manipuladores e com algum tipo de patologia mental. Tal como seria expectável em relação às características psíquicas dos ofensores, os participantes revelaram atitudes discriminatórias em relação aos mesmos (Cotê-Lussier, 2016). Outro fator de destaque, que se revelou comum a todos os participantes, foi o facto de estes terem caracterizado os ofensores, utilizando sempre adjetivos escritos no masculino. Este comportamento poderá significar que os participantes assumiram, automaticamente, que os ofensores são indivíduos do sexo masculino, independentemente do tipo de crime cometido ou da sua etnia.

Tal como esperado, tendo em conta a literatura (Spencer, 2009; Picket et al., 2013), corroborou-se a hipótese de que os ofensores sexuais são o tipo de criminosos percecionados de forma mais negativa pelos indivíduos. Os homicidas foram o tipo de ofensores descritos de forma mais pormenorizada, ao nível do aspecto físico.

Relativamente às respostas dos participantes quanto à caracterização dos ofensores de diferentes etnias, observaram-se, novamente, relatos de crenças e estereótipos comuns a todos os agressores e crenças e estereótipos específicas das diferentes etnias. O ofensor caucasiano foi descrito pelos participantes, na sua maioria, como um indivíduo desleixado ou, por outro lado, bem parecido, alto e corpulento, com tatuagens, acessórios e *piercings*. O criminoso de raça negra foi igualmente descrito como um sujeito desleixado, pouco asseado, alto e corpulento, que utiliza acessórios, roupas escuras, largas e/ou desportivas e com um tom de pele escuro. Os participantes caracterizaram o criminoso do Médio Oriente como um indivíduo de baixa/média estatura, com barba ou bigode, pele, cabelo e olhos escuros, desleixado e que utiliza turbante ou burca, acessórios e vestes largas. Por último, o criminoso de origem asiática foi caracterizado como um sujeito baixo e magro, de pele branca ou amarelada, pouco asseado ou, por outro lado, com boa aparência e tatuagens. Confirma-se, assim, a hipótese de que os estereótipos de um criminoso envolvem características muito específicas e que estas variam conforme as diferentes etnias (MacLin & Herrera, 2006).

Apesar de não se ter encontrado uma associação significativa, os participantes com ensino superior responderam, com maior frequência, que não existe um padrão ou que não existem características específicas, quando lhes foi requerido que descrevessem o aspecto ou a personalidade de um determinado tipo de ofensor.

Ao contabilizar as crenças negativas relatadas acerca de determinado tipo de criminoso, concluiu-se que os agressores sexuais e os perpetradores de violência doméstica foram aqueles que reuniram crenças mais negativas por parte dos participantes. Relativamente à etnia, os ofensores caracterizados de forma mais negativa pelos participantes foram os do médio Oriente. Este resultado vem corroborar a hipótese de que este grupo de ofensores iria também ativar estereótipos criminais nos participantes, sobrepondo-se ainda aos ofensores de raça negra. À semelhança da população americana (Brown et al., 2017), também os indivíduos portugueses revelaram atitudes de preconceito perante indivíduos do médio Oriente. Foi evidente a caracterização estereotipada deste grupo, dando ênfase a elementos como o turbante e a burca e à utilização de vestes largas. Estes elementos, característicos da religião muçulmana, foram diretamente associados aos ofensores do médio Oriente, mostrando que se ativaram automaticamente nos participantes pensamentos e estereótipos relacionados com o crime.

Os criminosos de origem asiática foram aqueles que receberam menos características negativas por parte dos participantes, o que seria de esperar tendo em conta a literatura, que revela que os asiáticos representam níveis reduzidos de criminalidade (Franklin & Fearn, 2010). Este aspeto poderá traduzir-se num maior desconhecimento da população ao nível da criminalidade e dos tipos de crimes mais prevalentes nos indivíduos asiáticos.

No entanto, o facto de os participantes revelarem crenças negativas acerca de um determinado tipo de ofensor não influenciou a identificação dos sujeitos nas *lineups*. No caso dos participantes que não revelaram crenças negativas acerca de determinado tipo de criminoso, também não se revelaram taxas de acerto superiores.

Os dois grupos de participantes diferiram relativamente às habilitações literárias que pensam ter um criminoso, em que os participantes com escolaridade até ao décimo segundo ano consideraram que um criminoso tem uma escolaridade inferior em comparação com os participantes de ensino superior, que consideraram que os criminosos têm uma escolaridade superior. Quanto à amostra total, é possível concluir que a maioria dos participantes, pensou nos ofensores como indivíduos sem formação superior.

No que concerne à possível vida profissional de um ofensor, os participantes consideraram, maioritariamente, os criminosos capazes de se manter numa profissão. Posteriormente, quando questionados acerca da profissão que estes conseguirão exercer, os

participantes consideraram, com maior frequência, que os ofensores são indivíduos capazes de exercer qualquer profissão. No caso da profissão, em concreto, maioritariamente referida pelos participantes foi “Administração/Cargos Políticos”, o que poderá ter um significado ambíguo. Por um lado, os participantes poderão considerar que indivíduos que cometem ou cometeram crimes são capazes de ter profissões onde se exige responsabilidade e representar cargos importantes. Por outro lado, os participantes poderão também considerar que os indivíduos com funções na administração e/ou com determinados cargos políticos são capazes de cometer algum tipo de delito.

Quanto ao agregado familiar de um criminoso, as respostas dos participantes revelaram-se muito repartidas, mostrando que não têm uma posição concreta e vincada em relação a este ponto. Tanto pensam nos ofensores como indivíduos solteiros e divorciados, como pensam, simultaneamente, nos ofensores como indivíduos casados e capazes de chefiar uma família.

Foi possível concluir que uma maior pontuação na Escala de Preconceito Flagrante está associada a uma menor pontuação na Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito, o que poderá significar que os participantes com maior preconceito, revelam uma menor motivação interna para responder sem preconceito. Os indivíduos com elevado nível de preconceito não consideram importante ser não preconceituoso e não atribuir estereótipos. Por outro lado, uma maior pontuação na Escala de Preconceito Flagrante está associada a uma maior pontuação na Escala de Motivação Externa para Responder sem Preconceito, o que poderá significar que os participantes com maior nível de preconceito se sentem condicionados a responder sem preconceito, numa ótica de desejabilidade social, e não porque realmente considerem importante para si ser não preconceituoso. Na amostra total do estudo, a maioria dos participantes revelou uma pontuação mais elevada na Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito, ou seja, a maioria das respostas dadas pelos participantes não terão sido condicionadas e não terão sido influenciadas pelo efeito de desejabilidade social.

Ao nível das habilitações literárias dos participantes e as pontuações obtidas nas Escalas de Motivação, não foram encontradas diferenças significativas. No entanto, os participantes que concluíram o ensino superior foram aqueles que revelaram uma maior motivação interna e uma menor motivação externa para responder sem preconceito. Poderá concluir-se assim que, apesar de não se revelar estatisticamente significativo, os participantes com grau académico superior são menos condicionados pelo efeito da desejabilidade social, consideram mais importante que os restantes ser não preconceituoso e, conseqüentemente, responder sem preconceito.

Uma maior pontuação na Escala de Preconceito Flagrante está também relacionada com um maior número de crenças negativas relatadas acerca de um agressor sexual. Os participantes com maior preconceito explícito no geral, foram também aqueles que caracterizaram de forma mais negativa um criminoso de cariz sexual. Um maior número de crenças negativas acerca dos ofensores em geral, está também relacionado com um maior relato de crenças negativas em relação a um perpetrador de violência doméstica e a um homicida. Os participantes que relataram um maior número de crenças negativas acerca de um agressor sexual, relataram, igualmente, mais crenças negativas em relação a um perpetrador de violência doméstica e a um homicida. Por último, um maior relato de crenças negativas acerca de um perpetrador de violência doméstica está relacionado com uma caracterização mais negativa de um homicida.

Contrariamente ao esperado, verificou-se que as crenças e estereótipos dos participantes acerca dos ofensores não enviesaram as tarefas de identificação. No entanto, corrobora-se a hipótese de que indivíduos de diferentes etnias da dos participantes e com elementos físicos atípicos, ativaram estereótipos relacionados com a criminalidade (Kleider et al., 2012). Um maior ou menor nível de preconceito em relação aos ofensores, por parte dos participantes, não influenciou a taxa de acerto nas *lineups*. As habilitações literárias dos participantes também não influenciaram o nível de preconceito relatado perante um ofensor. As crenças negativas ou não negativas dos participantes acerca de um criminoso não foram um fator condicionante nas tarefas de identificação de suspeitos nas *lineups* apresentadas.

No entanto, apesar de não se ter encontrado efeito entre o nível de preconceito e a identificação de suspeitos e entre as crenças e estereótipos negativos acerca de um criminoso e as diferentes habilitações literárias, foram encontradas associações ao nível das faixas etárias dos participantes. A idade foi um fator de influência na taxa de acerto das *lineups*, nomeadamente em crimes como o assédio sexual e o homicídio, ou seja, no caso de crimes contra as pessoas. Quanto mais novos os participantes, maior a taxa de acerto na tarefa de identificação de suspeitos (Tredoux et al., 2004). Concluiu-se também que a idade dos participantes condicionou o seu nível de preconceito, especialmente ao nível da pontuação obtida na Escala de Preconceito Flagrante. Os participantes entre os 31 e os 40 anos foram aqueles que apresentaram maior nível de preconceito, comparativamente com os participantes entre os 20 e os 30 anos, entre os 41 e os 55 anos e aos participantes com idade superior a 55 anos.

Os dados do presente estudo poderão então indicar que as crenças dos indivíduos portugueses em relação aos ofensores não influenciaram a tarefa de identificação de suspeitos numa *lineup* e não variaram conforme os diferentes graus de escolaridade. No entanto, a idade

de um indivíduo parece ter influência na tarefa de identificação de um suspeito em *lineups*, nomeadamente ao nível da taxa de acerto que apresentam como testemunhas de crimes de cariz sexual e homicídio. Indivíduos mais novos evidenciaram um maior sucesso em processos de retenção e memorização de um rosto durante um crime e, nesse sentido, têm maior probabilidade de identificar corretamente o rosto do culpado, numa *lineup* de suspeitos (Tredoux et al., 2004). Foi também possível verificar que os indivíduos de meia idade, nomeadamente entre os 31 e os 40 anos, foram aqueles que revelaram maior preconceito em relação a um ofensor.

Ao terminar o presente estudo, torna-se possível delinear um conjunto de limitações encontradas durante o curso da investigação, bem como realizar algumas diretrizes e recomendações para o desenvolvimento de futuras investigações neste âmbito. Em primeiro lugar, foi notória a diferença no número de participantes em cada grupo, nomeadamente ao nível das habilitações literárias, em que predominaram os participantes com ensino superior, e do sexo, sendo a maioria dos participantes do sexo feminino, o que poderá ter condicionado, em parte, os resultados obtidos. O facto de este ser um questionário extenso e de existirem questões abertas e de reflexão, tornou o processo de preenchimento menos prático e mais demorado, levando à desistência dos participantes ao longo do mesmo. Caso o número de participantes se tivesse mantido do início ao fim do questionário, a conclusão do estudo seria ainda mais consistente e válida. O principal propósito das perguntas de resposta aberta presentes no questionário era dar liberdade de resposta ao participante, levando-o a refletir sobre o tema e não o limitando ou condicionando nas suas respostas. Porém, foi notório que alguns participantes, por vezes, redigiram respostas que em pouco ou nada se relacionavam com o conteúdo da questão, podendo isso significar que não compreenderam o teor da mesma ou que esta não se encontrava totalmente clara ou explícita.

Segundo Wells e colaboradores (2020), não existe uma estratégia totalmente eficaz para a seleção de rostos distratores numa *lineup*, tendo por base a descrição do suspeito por parte da testemunha. Desta forma, e como um dos principais objetivos do estudo passava por apurar as crenças e estereótipos dos participantes em relação aos ofensores, foram manipulados, com recurso ao *Adobe Photoshop*, tal como referido anteriormente, os rostos dos indivíduos presentes nos cliques de vídeo. Esta manipulação foi realizada de forma a acrescentar aos rostos elementos que levassem, possivelmente, a uma falsa identificação, pois, como referido no estudo de MacLin e Herrera (2006); Funk e Todorov (2013) e Knucky e colaboradores (2014), rostos com determinadas características, como rostos negros, com *piercings* e tatuagens, são mais propensos a serem identificados pelas testemunhas. No entanto, apesar desta manipulação,

os participantes poderiam ser capazes de entender a semelhança em alguns rostos e isso poderá ter condicionado as suas respostas.

A utilização de cliques de conteúdo disponível na Internet, nomeadamente em plataformas como o *Youtube* e a *Netflix*, poderão resultar num fator de enviesamento da tarefa de identificação, uma vez que os participantes poderiam sentir-se familiarizados com alguns dos rostos observados.

O facto de não existirem escalas que medissem, especificamente, o nível de preconceito em relação aos ofensores, levou à utilização de escalas centradas no preconceito em relação aos indivíduos de raça negra. Por esse motivo, surgiu a necessidade da criação de um questionário que contrabalançasse essa lacuna, neste caso, o Questionário de Estereótipos Criminais. Por último, e um fator que se tornou impossível de contornar devido à situação pandémica, foi o facto de o estudo não poder ter sido aplicado presencialmente. Desta forma, através do formato *online*, não foi possível controlar se os participantes visualizaram os vídeos na totalidade ou se preencheram individualmente o questionário, podendo suceder-se o caso das respostas por sugestionabilidade externa.

Um último aspecto a apontar foi o facto de não terem sido utilizados vídeos representativos do crime de violência doméstica e, por esse motivo, não houve a possibilidade de relacionar as questões relativas a esse tipo de ofensor com a tarefa de identificação.

No entanto, apesar das limitações, este estudo foi de elevada importância e pertinência para a comunidade científica, nomeadamente no âmbito da Psicologia Forense, uma vez que a *lineup* é um dos métodos mais utilizados, em todo o mundo, para identificar suspeitos e é, simultaneamente, aquele que mais contribui para as condenações injustas de inocentes, devido às falsas identificações por parte das testemunhas (Wells et al., 2020). Para além do fator supra mencionado, este foi ainda um tema abordado e investigado, pela primeira vez, em profundidade, na população portuguesa, chegando-se a conclusões válidas e úteis para a área da Psicologia do Testemunho, nomeadamente, no que diz respeito à identificação de suspeitos.

Apesar das crenças e estereótipos negativos bem vinculados em relação aos ofensores, isso não foi uma condicionante nas tarefas de identificação de um suspeito. No que diz respeito às habilitações literárias dos indivíduos, este não é, de todo, um fator que enviesa a identificação de suspeitos. No entanto, relativamente à idade de uma testemunha, foram encontradas discrepâncias nos níveis de preconceito, sendo os indivíduos de meia idade (entre os 31 e os 40 anos), aqueles que se revelam mais preconceituosos em relação aos ofensores.

Desta forma, como sugestão para futuras investigações nesta temática, é de salientar a importância da análise, em profundidade, da influência que a idade dos indivíduos possa ter ao

nível do preconceito relatado em relação aos ofensores, nomeadamente no tipo de crenças e estereótipos que apresentam em relação aos mesmos e se estes variam conforme os diferentes tipos de crime. Também seria importante focar o estudo numa só variável, de forma a torná-lo menos extenso e mais específico. Uma possível sugestão seria dirigir a investigação para o preconceito em relação a um determinado tipo de ofensor ou crime, ou ao preconceito em relação a um ofensor de uma etnia em concreto. Para que o questionário se torne menos extenso, poderiam reformular-se alguns itens, apresentando respostas em formato de escala de Lickert (e.g. “De 0 a 5 quão amigável imagina o rosto de um ofensor de raça negra, sendo que 0 representa “nada amigável” e 5 representa “extremamente amigável” ?).

A administração de uma *lineup* é um processo de elevado rigor, que exige imparcialidade. No entanto, segundo Wells e colaboradores (2020), um dos principais fatores que leva também à falsa identificação de suspeitos por parte das testemunhas é o erro/coação na administração das *lineups*. Neste sentido, será de elevada importância rever esta prática, procurando incluir profissionais, com adequada formação científica, nomeadamente os psicólogos forenses, na administração das *lineups*, de forma a reduzir os erros na tarefa de identificação.

No caso de indivíduos inocentes já condenados, a solução para a sua exoneração passa pela utilização de métodos mais rigorosos e cientificamente mais fiáveis, que auxiliem no apuramento da verdade, tais como as provas de ADN. Estas provas têm conseguido elevadas taxas de sucesso na libertação de sujeitos inocentes, através da comparação do material genético encontrado no local do crime, com o material genético do alegado suspeito (Olney & Bonn, 2015).

Referências

- Bernardes, D. L. G. (2003). Dizer «não» aos estereótipos sociais: as ironias do controlo mental. *Análise psicológica*, 21(3), 307-321: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312003000300005
- Brown, C. S., Ali, H., Stone, E. A., & Jewell, J. A. (2017). US children's stereotypes and prejudicial attitudes toward Arab Muslims. *Analyses of Social Issues and Public Policy*, 17(1), 60-83. DOI: 10.1111/asap.12129
- Cabecinhas, R. (2004). Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais.
- Carlson, C. A., Young, D. F., Weatherford, D. R., Carlson, M. A., Bednarz, J. E., & Jones, A. R. (2016). The influence of perpetrator exposure time and weapon presence/timing on eyewitness confidence and accuracy. *Applied Cognitive Psychology*, 30, 898–910. <https://doi.org/10.1002/acp.3275>.
- Côté-Lussier, C. (2016). The functional relation between social inequality, criminal stereotypes, and public attitudes toward punishment of crime. *Psychology, Public Policy, and Law*, 22(1), 46–57. <https://doi.org/10.1037/law0000073>
- Dixon, T. L., & Maddox, K. B. (2005). Skin tone, crime news, and social reality judgments: Priming the stereotype of the dark and dangerous black criminal 1. *Journal of Applied Social Psychology*, 35(8), 1555-1570. <https://doi.org/10.1111/j.1559-1816.2005.tb02184.x>
- Eberhardt, J. L., Goff, P. A., Purdie, V. J., & Davies, P. G. (2004). Seeing Black: Race, Crime, and Visual Processing. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87(6), 876–893. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.87.6.876>
- Eberhardt, J. L., Davies, P. G., Purdie-Vaughns, V. J., & Johnson, S. L. (2006). Looking deathworthy: Perceived stereotypicality of Black defendants predicts capital-sentencing outcomes. *Psychological science*, 17(5), 383-386. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9280.2006.01716.x>
- Edlund, J. E., & Skowronski, J. J. (2008). Eyewitness Racial Attitudes and Perpetrator *Psychology*, 10(1): <https://www.niu.edu/jskowronski/publications/edlundskowronski2008.pdf>
- Franklin, T. W., & Fearn, N. E. (2010). Sentencing Asian offenders in state courts: The influence of a prevalent stereotype. *Crime & Delinquency*, 61(1), 96-120. <https://doi.org/10.1177/0011128710386200>

- Funk, F., & Todorov, A. (2013). Criminal stereotypes in the courtroom: Facial tattoos affect guilt and punishment differently. *Psychology, Public Policy, and Law*, 19(4), 466–478. <https://doi.org/10.1037/a0034736>
- Garcia-Marques, L., Ferreira, M. B., Nunes, L. D., Garrido, M. V., & Garcia-Marques, T. (2010). False memories and impressions of personality. *Social Cognition*, 28(4), 556-568: <https://doi.org/10.1521/soco.2010.28.4.556>
- Haegerich, T. M., Salerno, J. M., & Bottoms, B. L. (2013). Are the effects of juvenile offender stereotypes maximized or minimized by jury deliberation?. *Psychology, Public Policy, and Law*, 19(1), 81: [10.1037/a0027808](https://doi.org/10.1037/a0027808)
- Ireland, K. (2006). "Attitudes towards sex offenders and the influence of offence type: a comparison of staff working in a forensic setting and students", *The British Journal of Forensic Practice*, 8 (2), 10 - 19: <http://dx.doi.org/10.1108/14636646200600009>
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: um domínio em expansão. As representações sociais, 17, 44: https://www.researchgate.net/profile/Denise_Jodelet3/publication/324979211_Representacoes_sociais_Um_dominio_em_expansao/links/5c4897c3a6fdccd6b5c2eab1/Representacoes_sociais-Um-dominio-em-expansao.pdf
- Kleider, H. M., Cavrak, S. E., & Knuycky, L. R. (2012). Looking like a criminal: Stereotypical Black facial features promote face source memory error. *Memory & Cognition*, 40, 1200–1213. doi: [10.3758/s13421-012-0229-x](https://doi.org/10.3758/s13421-012-0229-x)
- Knuycky, L. R., Kleider, H. M., & Cavrak, S. E. (2014). Line-up misidentifications: When being ‘prototypically Black’ is perceived as criminal. *Applied Cognitive Psychology*, 28(1), 39-46: [10.1002/acp.2954](https://doi.org/10.1002/acp.2954)
- Lins, S. L. B., Lima-Nunes, A., & Camino, L. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100011>
- Lockamy, R. F., Carlson, C. A., Jones, A. R., Carlson, M. A., & Weatherford, D. R. (2020). The effect of viewing distance on empirical discriminability and the confidence-accuracy relationship for eyewitness identification. *Applied Cognitive Psychology*. <https://doi.org/10.1002/acp.3683>
- Loftus, E. F. (1997). Creating false memories. *Scientific American*, 277, 70-75: <http://cogprints.org/597/1/199802007.html>
- MacLin, M. K., & Herrera, V. (2006). The criminal stereotype. *North American Journal of Psychology*, 8(2), 197-208:

https://www.researchgate.net/profile/M_MacLin/publication/259854475_The_Criminal_Stereotype/links/0046352e29452e82bb000000.pdf

- Martins, C. (2011). *Manual de Análise de Dados Quantitativos com Recurso ao IMB SPSS: Saber Decidir, Fazer, Interpretar e Redigir*. Braga: Psiquilibrios Edições.
- Menin, M. S. D. S. (2006). Representação social e estereótipo: a zona muda das representações sociais. *Psicologia: teoria e Pesquisa*, 22(1), 43-51. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000100006>.
- Meissner, C. A., Brigham, J. C., & Butz, D. A. (2005). Memory for own-and other-race faces: A dual-process approach. *Applied Cognitive Psychology: The Official Journal of the Society for Applied Research in Memory and Cognition*, 19(5), 545-567. <https://doi.org/10.1002/acp.1097>
- Morgan III, C. A., Southwick, S., Steffian, G., Hazlett, G. A., & Loftus, E. F. (2013). Misinformation can influence memory for recently experienced, highly stressful events. *International journal of law and psychiatry*, 36(1), 11-17: <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2012.11.002>
- Najdowski, C. J. (2011). Stereotype threat in criminal interrogations: Why innocent Black suspects are at risk for confessing falsely. *Psychology, Public Policy, and Law*, 17(4), 562–591. <https://doi.org/10.1037/a0023741>
- Oliveira, H. M., Albuquerque, P. B., & Saraiva, M. (2018). O Estudo das falsas memórias: reflexão histórica. *Trends in Psychology*, 26(4), 1763-1773. <https://doi.org/10.9788/tp2018.4-03pt>
- Olney, M., & Bonn, S. (2015). An exploratory study of the legal and non-legal factors associated with exoneration for wrongful conviction: The power of DNA evidence. *Criminal Justice Policy Review*, 26(4), 400-420: <https://doi.org/10.1177/0887403414521461>
- Palma, T., & Maroco, J. (2008). Motivação interna e motivação externa para responder sem preconceito: Tradução, adaptação e validação das duas escalas para a população portuguesa. *Laboratório de Psicologia*, 6(1), 15-24. <https://doi.org/10.14417/lp.691>
- Pickett, J. T., Mancini, C., & Mears, D. P. (2013). Vulnerable victims, monstrous offenders, and unmanageable risk: Explaining public opinion on the social control of sex crime. *Criminology*, 51(3), 729-759. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12018>
- Sanghara, K. K., & Wilson, J. C. (2006). Stereotypes and attitudes about child sexual abusers: A comparison of experienced and inexperienced professionals in sex offender

- treatment. *Legal and Criminological Psychology*, 11(2), 229-244:
<https://doi.org/10.1348/135532505X68818>
- Scopel D. & Gomez, M., (2006). O Papel da Escola na Superação do Preconceito na Sociedade Brasileira. *Revista Educação e Tecnologia*, 2 (1):
http://www.faacz.com.br/revistaeletronica/links/edicoes/2006_01/edutec_delza_preconceito_2006_1.pdf
- Spencer, Dale. 2009. Sex offender as homo sacer. *Punishment and Society* 11: 219-40.
<https://doi.org/10.1177/1462474508101493>
- Stebly, N. K. (2015). Eyewitness memory. In B. L. Cutler & P. A. Zapf (Eds.), *APA handbooks in psychology®. APA handbook of forensic psychology, Vol. 2. Criminal investigation, adjudication, and sentencing outcomes* (p. 187–224). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14462-007>
- Tredoux, C. G., Meissner, C. A., Malpass, R. S., & Zimmerman, L. A. (2004). Eyewitness identification. *The Selected Works of Christian A. Meissner, Ph. D.*, 13:
https://scholarworks.utep.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=christian_meissner
- Welch, K. (2016). Middle Eastern terrorist stereotypes and anti-terror policy support: The effect of perceived minority threat. *Race and Justice*, 6(2), 117-145.
<https://doi.org/10.1177/2153368715590478>
- Wells, G. L., Kovera, M. B., Douglass, A. B., Brewer, N., Meissner, C. A., & Wixted, J. T. (2020). Policy and procedure recommendations for the collection and preservation of eyewitness identification evidence. *Law and Human Behavior*, 44, 3-36. doi:
[10.1037/lhb0000359](https://doi.org/10.1037/lhb0000359)
- Wixted, J. T., Vul, E., Mickes, L., & Wilson, B. M. (2018). Models of lineup memory. *Cognitive Psychology*, 105, 81-114. doi: 10.1016/j.cogpsych.2018.06.001
- Wright, D. B., & Stroud, J. N. (2002). Age differences in lineup identification accuracy: People are better with their own age. *Law and human behavior*, 26(6), 641-654:
<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1020981501383>
- Yen, R. J. (2000). Racial stereotyping of Asians and Asian Americans and its effect on criminal justice: A reflection on the Wayne Lo case. *Asian Law Journal*, 7(1). 1-28.

Anexos

Anexo I. Formulário de Consentimento Informado

O projeto de investigação, intitulado “A Relação entre Crenças Relativamente aos Ofensores e a Identificação de Suspeitos”, insere-se num estudo que decorre no âmbito do Mestrado em Psicologia Forense e tem como principal objetivo estudar, em profundidade, os fatores que poderão influenciar as testemunhas na identificação de suspeitos. Pretendemos contribuir para um melhor conhecimento acerca desta temática, sendo necessário, para tal, incluir neste estudo a participação de indivíduos, a partir dos 18 anos de idade, sem diagnóstico de doenças do foro psicológico e/ou psiquiátrico.

A sua participação não lhe trará risco ou despesa e pode, a qualquer momento, recusar a continuidade da sua participação no estudo.

A aplicação do questionário online será realizada a várias pessoas e não será solicitada nenhuma informação pessoal, tornando impossível associar as suas respostas à sua identificação, garantindo-lhe, por isso, total anonimato e confidencialidade.

A sua participação é voluntária e os dados fornecidos são absolutamente confidenciais e usados apenas para fins científicos. Nesse sentido, por favor seja sincero(a).

Caso aceite participar, pedimos, de seguida, o seu consentimento informado. O investigador responsável pelo estudo disponibiliza-se para esclarecer quaisquer dúvidas (Marta Gomes: martag3998@hotmail.com). A orientadora deste estudo é a Professora Doutora Telma Sousa Almeida.

Muito obrigado!

Ao selecionar as opções abaixo, declaro que:

Li e compreendi este documento e aceito participar no projeto científico “A Relação entre Crenças Relativamente aos Ofensores e a Identificação de Suspeitos”, dando o meu consentimento informado e tendo a garantia que todos os meus dados permanecerão confidenciais.

Tenho 18 ou mais anos de idade.

Dou o meu consentimento.

Não dou o meu consentimento, não desejo participar.

Anexo II. Questionário Sociodemográfico

1. Idade:
2. Sexo
 - a. Masculino
 - b. Feminino
3. Estado Civil
 - a. Casado(a)
 - b. Solteiro(a)
 - c. União de Facto
 - d. Viúvo(a)
 - e. Divorciado(a)
4. Habilitações Literárias
 - a. 1º Ciclo
 - b. 2º Ciclo
 - c. 3º Ciclo
 - d. Ensino Secundário
 - e. Curso Técnico-Profissional (Qual?)
 - f. Bacharelato ou Curso Médio (Qual?)
 - g. Ensino Superior (Grau)
5. Profissão:
6. Nacionalidade:
7. Raça:
8. Religião
 - a. Cristianismo
 - b. Judaísmo
 - c. Islamismo
 - d. Ateísmo
 - e. Agnosticismo
 - f. Hinduísmo
 - g. Budismo
 - h. Outra (Qual?)

Anexo III. Vídeos

Clipe 1.

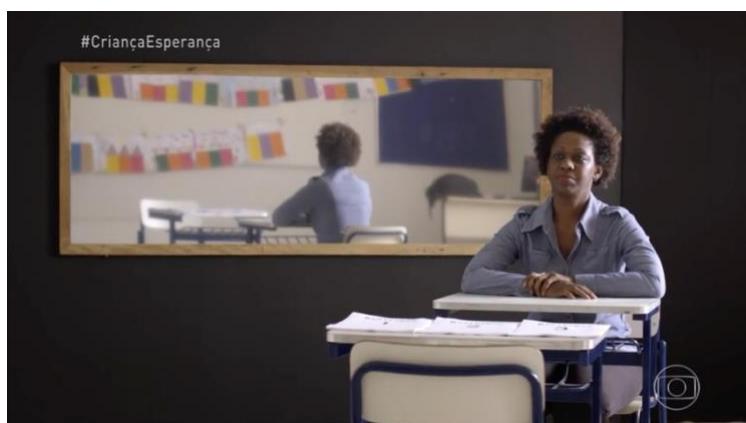
Situação de Assédio Sexual



(APAV | Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2012). *No Means Stop [Bar]*. YouTube. <https://youtu.be/wdevbdzBagE>)

Clipe 2.

Campanha da Unicef Contra o Racismo



(TV Globo. (2016). *Ninguém nasce racista. Continue Criança*. YouTube. <https://youtu.be/qmYucZKoxQA>)

Clipe 3.

Assalto com Reféns



(Hawaii Five-0. (2020). *Hawaii Five-0 7x05 Gun Thief Hold a Courtroom Hostage*. YouTube. <https://youtu.be/qm2baZYP54Y>)

Clipe 4.

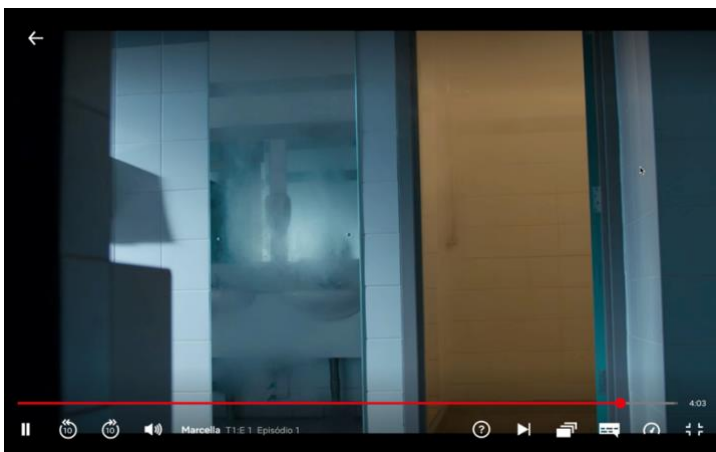
Anúncio da Coca Cola



(Coca-Cola. (2020). *Coca-Cola Christmas Commercial 2020*. YouTube. <https://youtu.be/yg4Mq5EAEzw>)

Clipe 5.

Situação de Homicídio



(Fonte: Harris, B., Rosenfeldt, H., (2016). *Marcella*. Netflix)

Anexo IV. Lineups

Figura 1

Lineup correspondente ao vídeo de assédio sexual



Figura 2

Lineup correspondente ao vídeo de uma campanha da Unicef



Figura 3.

Lineup Correspondente ao Vídeo do Assalto com Reféns

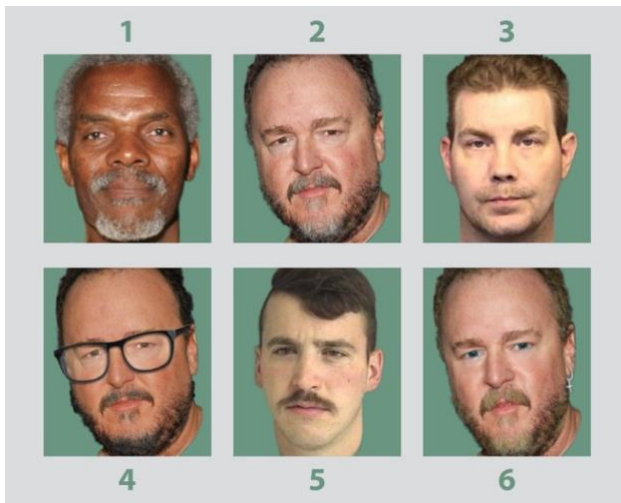


Figura 4.

Lineup Correspondente ao Vídeo do Anúncio da Coca Cola



Figura 5.

Lineup Correspondente ao Vídeo do Homicídio



Anexo V. Questionário sobre Estereótipos Criminais

Perceção de um Criminoso

1. Quais são as primeiras palavras que lhe surgem na mente quando pensa na palavra “criminoso”?
2. Quais são as habilitações literárias que pensa que um criminoso tem?
 - a. Iltrado/Sem habilitações
 - b. 1º ciclo (até ao 4º ano)
 - c. 2º ciclo (até ao 6º ano)
 - d. 3º ciclo (até ao 9º ano)
 - e. Ensino Secundário
 - f. Curso técnico-profissional
 - g. Licenciatura
 - h. Mestrado, doutoramento, ou superior
3. Quando pensa num criminoso, acha que este será capaz de manter um trabalho/emprego?
4. Se respondeu “Sim” à questão anterior, qual/quais a(s) profissões que associa a um indivíduo que pratica crimes?
5. Como caracterizaria a vida/agregado familiar de um criminoso? (Pode seleccionar mais do que 1 opção)
 - a. Solteiro/a
 - b. Viúvo/a
 - c. Divorciado/a
 - d. Chefe de família
 - e. Casado/a
 - f. Pai/Mãe solteiro/a
6. Nomeie o máximo de características que pensa que melhor descrevem o aspeto típico de um criminoso (poderá incluir altura, peso, características faciais, vestuário, acessórios, tom de pele, higiene, qualidade da pele, etc.).
7. Nomeie 5 traços de personalidade característicos de um criminoso.
8. Como caracterizaria o aspeto físico de um/a abusador/a sexual? (mínimo de 3 características)
9. Como descreveria a personalidade de um/a agressor/a sexual? (mínimo de 3 traços de personalidade)

10. Como caracterizaria, fisicamente, um/a perpetrador/a de violência doméstica? (mínimo de 3 características)
11. Como descreveria a personalidade de um/a perpetrador/a de violência doméstica? (mínimo de 3 traços de personalidade)
12. Quando pensa num/a assaltante, quais são as 3 características físicas que lhe surgem no pensamento?
13. Como caracterizaria, fisicamente, um/a homicida? (mínimo de 3 características)
14. Como descreveria a personalidade de um/a homicida? (mínimo de 3 traços de personalidade)
15. Que comportamentos, na infância e adolescência, serão mais prováveis de resultar em atividade criminal no futuro?
16. Nomeie o máximo de características que conseguir, que melhor descrevam um/a criminoso/a **caucasiano/a** (poderá incluir altura, peso, características faciais, vestuário, acessórios, tom de pele, higiene, qualidade da pele, etc.).
17. Nomeie o máximo de características que conseguir, que melhor descrevam um/a criminoso/a **de raça negra** (poderá incluir altura, peso, características faciais, vestuário, acessórios, tom de pele, higiene, qualidade da pele, etc.).
18. Nomeie o máximo de características que conseguir, que melhor descrevam um/a criminoso/a **do Médio Oriente** (poderá incluir altura, peso, características faciais, vestuário, acessórios, tom de pele, higiene, qualidade da pele, etc.).
19. Nomeie o máximo de características que conseguir, que melhor descrevam um/a criminoso/a **asiático/a** (poderá incluir altura, peso, características faciais, vestuário, acessórios, tom de pele, higiene, qualidade da pele, etc.).

Perceção de Crime

20. Numere os 3 crimes que mais associa à palavra “criminoso” ou “delinquente”.
21. Qual pensa ter sido a taxa de criminalidade em Portugal, no ano passado?
 - a. Entre 0% e 2%
 - b. Entre 2% e 5%
 - c. Entre 5% e 7%
 - d. Entre 7% e 10%
22. Em que zona do país acha que ocorre um maior registo de criminalidade?
23. Qual o país do mundo em que pensa que ocorre um maior registo de criminalidade?

Anexo VI. Análise Fatorial Confirmatória da Escala de Preconceito Flagrante

x F A C T O R

Unrestricted Factor Analysis

Release Version 11.05.01 x64bits
July, 2021
Rovira i Virgili University
Tarragona, SPAIN

Programming:
Urbano Lorenzo-Seva

Mathematical Specification:
Urbano Lorenzo-Seva
Pere J. Ferrando

Date: Thursday, November 11, 2021
Time: 19:44:11

DETAILS OF ANALYSIS

Participants' scores data file : C:\Users\Antônio
Gonçalves\OneDrive\Ambiente de Trabalho\marta\BASE DE DADOS CORRETA.dat
Method to handle missing values : Hot-Deck
Multiple Imputation in Exploratory Factor Analysis (Lorenzo-Seva & Van
Ginkel, 2016)
Missing code value : 999
Number of participants : 161
Number of variables : 9
Variables included in the analysis : ALL
Variables excluded in the analysis : NONE
Number of factors : 3
Number of second order factors : 0
Procedure for determining the number of dimensions : Optimal
implementation of Parallel Analysis (PA) (Timmerman, & Lorenzo-Seva,
2011)
Dispersion matrix : Pearson
Correlations
Robust analyses : Bias-corrected
and accelerated (BCa; Lambert, Wildt & Durand, 1991)
Number of bootstrap samples : 500
Asymptotic Covariance/Variance matrix : estimated using
bootstrap sampling
Bootstrap confidence intervals : 95%
Method for factor extraction : Robust
Unweighted Least Squares (RULS)
Correction for robust Chi square : Robust Mean and
Variance-scaled (Asparouhov & Muthen, 2010)
Rotation to achieve factor simplicity : Normalized
Varimax
Clever rotation start : Weighted Varimax
Number of random starts : 100

Maximum number of iterations : 1000
 Convergence value : 0.00001000
 Factor scores estimates : Estimates based
 on linear model

UNIVARIATE DESCRIPTIVES

Variable	Mean	Confidence Interval	Variance	Skewness
Kurtosis		(95%)		
(Zero centered)				
V 1 34.357	4.869	(4.74 5.00)	0.427	-5.820
V 2 58.239	4.912	(4.80 5.02)	0.292	-7.465
V 3 60.780	4.919	(4.81 5.03)	0.287	-7.673
V 4 43.078	4.875	(4.76 4.99)	0.334	-6.233
V 5 13.149	4.725	(4.57 4.88)	0.599	-3.464
V 6 62.869	4.912	(4.81 5.02)	0.280	-7.738
V 7 34.740	4.844	(4.71 4.97)	0.407	-5.668
V 8 24.307	4.819	(4.68 4.95)	0.448	-4.672
V 9 36.533	4.856	(4.73 4.98)	0.361	-5.683

Polychoric correlation is advised when the univariate distributions of ordinal items are asymmetric or with excess of kurtosis. If both indices are lower than one in absolute value, then Pearson correlation is advised. You can read more about this subject in:

Muthuon, B., & Kaplan D. (1985). A comparison of some methodologies for the factor analysis of non-normal Likert variables. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 38, 171-189.
 doi:10.1111/j.2044-8317.1985.tb00832.x
 Muthuon, B., & Kaplan D. (1992). A comparison of some methodologies for the factor analysis of non-normal Likert variables: A note on the size of the model. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 45, 19-30. doi:10.1111/j.2044-8317.1992.tb00975.x

MULTIVARIATE DESCRIPTIVES

Analysis of the Mardia's (1970) multivariate asymmetry skewness and kurtosis.

Statistic	df	P	Coefficient
Skewness			406.885
10850.274	165	1.0000	
SKewness corrected for small sample			406.885
11095.065	165	1.0000	
Kurtosis			629.985
238.660		0.0000**	

** Significant at 0.05

STANDARDIZED VARIANCE / COVARIANCE MATRIX (PEARSON CORRELATION)

Variable	1	2	3	4	5	6	7
8	9						
V 1	1.000						
V 2	0.764	1.000					
V 3	0.773	0.968	1.000				
V 4	0.734	0.825	0.855	1.000			
V 5	0.571	0.689	0.684	0.747	1.000		
V 6	0.781	0.957	0.945	0.884	0.689	1.000	
V 7	0.611	0.758	0.767	0.760	0.799	0.774	1.000
V 8	0.660	0.802	0.830	0.862	0.772	0.820	0.709
V 9	0.717	0.770	0.799	0.902	0.748	0.826	0.774
	0.775	1.000					

ADEQUACY OF THE PEARSON CORRELATION MATRIX

Determinant of the matrix = 0.000001133700459
 Bartlett's statistic = 1786.4 (df = 36; P = 0.000010)
 Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) test = 0.90465 (very good)
 Bootstrap 95% confidence interval of KMO = (0.668 0.929)

NORMED ITEM-MSA INDICES

Items	Quartile of Sum	Relative difficulty	Normed MSA
Bootstrap 95% Confidence interval	response scores	index	
5	1	0.94500	0.86650
0.669	0.947)		(
8	1	0.96375	0.92071
0.736	0.968)		(
7	1	0.96875	0.92258
0.569	0.970)		(
9	1	0.97125	0.92457
0.627	0.978)		(

1	1	0.97375	0.98428	(
0.613	0.998)			
4	1	0.97500	0.90130	(
0.573	0.930)			
2	1	0.98250	0.84797	(
0.558	0.975)			
6	1	0.98250	0.90900	(
0.631	0.975)			
3	1	0.98375	0.89384	(
0.579	0.941)			

Number of items proposed to be removed: NONE

Values of MSA below .50 suggest that the item does not measure the same domain as the remaining items in the pool, and so that it should be removed. At the same time, for a normal-range test, an optimal pool of items should have a large spread of Relative difficulty indices, and each quartile should have a similar number of items. When removing items from the pool, all these aspects should be taken into account. Sometimes, the conclusion is that new items should be added to the pool of items.

 EXPLAINED VARIANCE BASED ON EIGENVALUES

Variable	Eigenvalue	Proportion of Variance	Cumulative Proportion of Variance
1	7.26543	0.80727	0.80727
2	0.57487	0.06387	0.87114
3	0.32628	0.03625	0.90740
4	0.30484	0.03387	
5	0.24707	0.02745	
6	0.13398	0.01489	
7	0.07669	0.00852	
8	0.04884	0.00543	
9	0.02201	0.00245	

 PARALLEL ANALYSIS (PA) BASED ON MINIMUM RANK FACTOR ANALYSIS
 (Timmerman & Lorenzo-Seva, 2011)

Implementation details:

Correlation matrices analyzed: Pearson correlation matrices
 Number of random correlation matrices: 500
 Method to obtain random correlation matrices: Permutation of the raw data (Buja & Eyuboglu, 1992)

Variable	Real-data % of variance	Mean of random % of variance	95 percentile of random % of variance
1	85.4866*	22.7934	28.2718
2	5.6231	19.1621	23.0266
3	3.5057	16.1943	18.8629
4	3.0011	13.5532	15.7760
5	0.9276	10.9839	13.2813
6	0.7057	8.3660	10.9742
7	0.5892	5.8139	8.7184
8	0.1610	3.1333	6.0487

* Advised number of dimensions: 1

ROBUST GOODNESS OF FIT STATISTICS

Root Mean Square Error of Approximation
(RMSEA) = 0.000; BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.0000
0.1464)

(between .000 and 0.010 : excellent)

Estimated Non-Centrality Parameter
(NCP) = 4.770

Freedom = 12 Degrees of

Approximate Fit Test of

0.05; P = 0.754 H0 : RMSEA <

Minimum Fit Function Chi Square with 12 degrees of
freedom = 0.781 (P = 0.999997)

Robust Mean and Variance-Adjusted Chi Square with 12 degrees of
freedom = 7.426 (P = 0.832233)

Chi-Square for independence model with 36 degrees of
freedom = 3530.123

Non-Normed Fit Index (NNFI; Tucker &
Lewis) = 1.004; BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.982
1.006)

Comparative Fit Index
(CFI) = 0.999; BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.955
1.001)

(larger than 0.990 : excellent)

Schwarzis Bayesian Information Criterion
(BIC) = 190.132; BC Bootstrap 95% confidence interval = (187.763
207.145)

Goodness of Fit Index
(GFI) = 1.000; BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.995
1.000)

Adjusted Goodness of Fit Index
 (AGFI) = 0.999; BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.985
 1.000)

Goodness of Fit Index without diagonal values
 (GFI) = 1.000; BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.992
 1.000)

Adjusted Goodness of Fit Index without diagonal
 values (AGFI) = 0.999; BC Bootstrap 95% confidence interval = (
 0.976 1.000)

EIGENVALUES OF THE REDUCED CORRELATION MATRIX

Variable	Eigenvalue
1	7.149222800
2	0.495447893
3	0.221810634
4	0.068566047
5	0.014570874
6	0.010640430
7	-0.002185099
8	-0.035299232
9	-0.059432672

UNROTATED LOADING MATRIX

Variable	F 1	F 2	F 3	Communality
V 1	0.782	-0.148	0.046	0.635
V 2	0.942	-0.247	-0.205	0.990
V 3	0.949	-0.221	-0.106	0.961
V 4	0.942	0.029	0.288	0.972
V 5	0.832	0.527	-0.174	1.000
V 6	0.955	-0.201	-0.031	0.953
V 7	0.834	0.171	-0.071	0.729
V 8	0.875	0.066	0.031	0.770
V 9	0.894	0.092	0.215	0.853

WEIGHTS OF ROBUST ROTATION

Lorenzo-Seva, U. & Ferrando, P.J. (2019b)

Variable	h	w
V 1	6.1067	0.0000
V 2	5.4315	0.1106
V 3	4.8189	0.2109
V 4	4.7219	0.2268
V 5	2.5433	0.5835
V 6	4.2928	0.2970
V 7	5.4885	0.1012
V 8	2.9807	0.5119
V 9	5.0709	0.1696

h: average of the diagonal values in the asymptotic variance/covariance matrix for each variable.
w: Robust weight value for each variable.

Interpretation guide: The variable with the less stable set of correlations (i.e., a large value of h) will have a weight value (w) close to zero. In the other hand, a variable with a set of perfectly stable correlations will have a weight value (w) of one. The largest the value in w, the most important the variable is order to define the simple structure of the factor solution.

ROTATED LOADING MATRIX

Variable	F 1	F 2	F 3
V 1	0.606	0.276	0.437
V 2	0.873	0.369	0.302
V 3	0.824	0.358	0.391
V 4	0.512	0.414	0.734
V 5	0.303	0.905	0.299
V 6	0.787	0.351	0.459
V 7	0.487	0.592	0.375
V 8	0.542	0.497	0.480
V 9	0.468	0.463	0.648

ROTATED LOADING MATRIX
(loadings lower than absolute 0.300 omitted)

Variable	F 1	F 2	F 3
V 1	0.606		0.437
V 2	0.873	0.369	0.302
V 3	0.824	0.358	0.391
V 4	0.512	0.414	0.734
V 5	0.303	0.905	
V 6	0.787	0.351	0.459
V 7	0.487	0.592	0.375
V 8	0.542	0.497	0.480
V 9	0.468	0.463	0.648

EXPLAINED VARIANCE OF ROTATED FACTORS AND RELIABILITY OF PHI-
INFORMATION OBLIQUE EAP SCORES
Ferrando & Lorenzo-Seva (2016)

Factor	Variance	ORION	Factor Determinacy Index
1	3.533	0.974	0.987
2	2.266	0.995	0.998
3	2.065	0.908	0.953

The appropriate implementation of EAP score estimation in factor model involves to obtain point estimates that make use of the full prior information (in particular the inter-factor correlation matrix), and to complement the point estimates with measures of the reliability of these estimates. In order to achieve it, FACTOR computes: (1) the EAP score estimation named 'Fully-Informative Prior Oblique EAP scores'; and (2) the reliability estimates named ORION (acronym for 'Overall Reliability of fully-Informative prior Oblique N-EAP scores'). See Ferrando & Lorenzo-Seva (2016) for further details.

BIAS-CORRECTED AND ACCELERATED (BCa) BOOTSTRAP 95% CONFIDENCE INTERVALS FOR LOADING VALUES

Variable	F	1	BCa Confidence Interval	
V 1	0.606	(0.155	0.804)
V 2	0.873	(0.746	1.075)
V 3	0.824	(0.710	1.023)
V 4	0.512	(0.066	0.614)
V 5	0.303	(0.152	0.480)
V 6	0.787	(0.665	0.920)
V 7	0.487	(0.193	0.665)
V 8	0.542	(0.389	0.905)
V 9	0.468	(0.129	0.620)

Variable	F	2	BCa Confidence Interval	
V 1	0.276	(0.045	0.389)
V 2	0.369	(0.301	0.467)
V 3	0.358	(0.271	0.475)
V 4	0.414	(0.241	0.493)
V 5	0.905	(0.744	1.103)
V 6	0.351	(0.280	0.477)
V 7	0.592	(0.440	0.958)
V 8	0.497	(0.336	0.732)
V 9	0.463	(0.284	0.598)

Variable	F	3	BCa Confidence Interval	
V 1	0.437	(0.100	0.671)
V 2	0.302	(-0.068	0.426)
V 3	0.391	(0.125	0.564)
V 4	0.734	(0.508	1.068)
V 5	0.299	(0.178	0.443)
V 6	0.459	(0.285	0.619)
V 7	0.375	(0.098	0.552)
V 8	0.480	(0.258	0.798)
V 9	0.648	(0.465	0.948)

 INDICES OF FACTOR SIMPLICITY
 Bentler (1977) & Lorenzo-Seva (2003)

Bentler's simplicity index (S) = 0.39587 (Percentile 80)
 BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.117 0.691)

Loading simplicity index (LS) = 0.03024 (Percentile 2)
 BC Bootstrap 95% confidence interval = (0.009 0.099)

 DISTRIBUTION OF RESIDUALS

Number of Residuals = 36

Summary Statistics for Fitted Residuals

Smallest Fitted Residual = -0.0291
 Median Fitted Residual = -0.0011
 Largest Fitted Residual = 0.0278
 Mean Fitted Residual = 0.0000
 Variance Fitted Residual = 0.0001

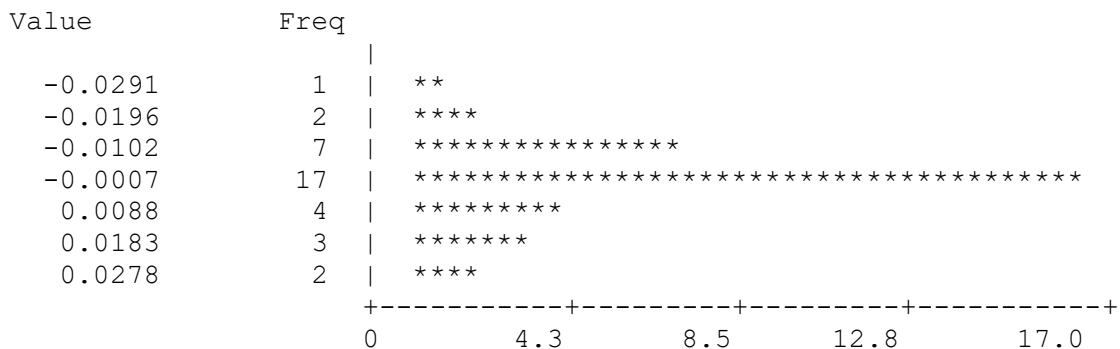
Root Mean Square of Residuals (RMSR) = 0.0117
 BC Bootstrap 95% confidence interval of RMSR = (0.002
 0.036)

Expected mean value of RMSR for an acceptable model = 0.0793 (Kelley's
 criterion) (Kelley, 1935, page 13; see also Harman, 1962, page 21 of the
 2nd edition)

Weighted Root Mean Square Residual (WRMR) = 0.0066 (values
 under 1.0 have been recommended to represent good fit; Yu & Muthen,
 2002)

BC Bootstrap 95% confidence interval of WRMR = (0.001
 0.021)

Histogram for fitted residuals



Summary Statistics for Standardized Residuals

Smallest Standardized Residual = -0.37
 Median Standardized Residual = -0.01
 Largest Standardized Residual = 0.35
 Mean Standardized Residual = 0.00

Stemleaf Plot for Standardized Residuals

```
-0 | 432211111111111
  0 | 000000000000000111122334
```


DESCRIPTIVES RELATED TO MISSING DATA

Missing value code : 999
 Total number of missing data : 9
 Method to handle missing data: Hot-Deck Multiple Imputation in
 Exploratory Factor Analysis (Lorenzo-Seva & Van Ginkel, 2016)
 Number of imputed datasets : Five

NUMBER OF VARIABLES MISSING PER CASE

Number of variables missing	Frequency
0	160 (99.4%)
9	1 (0.6%)

NUMBER OF CASES MISSING PER VARIABLE

Variable	Frequency of cases missing
V 1	1
V 2	1
V 3	1
V 4	1
V 5	1
V 6	1
V 7	1
V 8	1
V 9	1

CONSENSUS LOADING MATRIX AMONG MULTIPLE IMPUTATED DATASETS

Variable	F 1	F 2	F 3
V 1	0.606	0.276	0.437
V 2	0.873	0.368	0.302
V 3	0.824	0.358	0.391
V 4	0.512	0.414	0.734
V 5	0.304	0.905	0.299

V	6	0.787	0.350	0.459
V	7	0.488	0.592	0.376
V	8	0.542	0.496	0.480
V	9	0.468	0.463	0.648

CONSENSUS INTER-FACTOR CORRELATION MATRIX AMONG MULTIPLE IMPUTATED DATASETS

Factor	F	1	F	2	F	3
F	1	1.000				
F	2	0.000	1.000			
F	3	-0.000	-0.000	1.000		

References

Asparouhov, T., & Muthen, B. (2010). Simple second order chi-square correction. Unpublished manuscript. Available at https://www.statmodel.com/download/WLSMV_new_chi21.pdf.

Bentler, P.M. (1977). Factor simplicity index and transformations. *Psychometrika*, 59, 567-579. doi:10.1007/bf02294054

Buja, A., & Eyuboglu, N. (1992). Remarks on parallel analysis. *Multivariate Behavioral Research*, 27(4), 509-540. doi:10.1207/s15327906mbr2704_2

Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva U. (2016). A note on improving EAP trait estimation in oblique factor-analytic and item response theory models. *Psicologica*, 37, 235-247.

Harman, H. H. (1962). *Modern Factor Analysis*, 2nd Edition. University of Chicago Press, Chicago.

Kelley, T. L. (1935). *Essential Traits of Mental Life*, Harvard Studies in Education, vol. 26. Harvard University Press, Cambridge.

Lambert, Z.V., Wildt, A.R., & Durand, R.M. (1991). Approximating confidence intervals for factor loadings. *Multivariate behavioral research*, 26(3), 421 - 434. doi:10.1207/s15327906mbr2603_3

Lorenzo-Seva, U. (2003). A factor simplicity index. *Psychometrika*, 68, 49-60. doi:10.1007/bf02296652

Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2019b). Robust Promin: a method for diagonally weighted factor rotation. *LIBERABIT, Revista Peruana de Psicología*, 25, 99-106. doi:10.24265/liberabit.2019.v25n1.08

Lorenzo-Seva, U., & Van Ginkel, J. R. (2016). Multiple Imputation of missing values in exploratory factor analysis of multidimensional scales: estimating latent trait scores. *Anales de Psicología/Annals of Psychology*, 32(2), 596-608. doi:10.6018/analesps.32.2.215161

Mardia, K. V. (1970). Measures of multivariate skewness and kurtosis with applications. *Biometrika*, 57, 519-530. doi:10.2307/2334770

Mislevy, R.J., & Bock, R.D. (1990). *BILOG 3 Item analysis and test scoring with binary logistic models*. Mooresville: Scientific Software.

Timmerman, M. E., & Lorenzo-Seva, U. (2011). Dimensionality Assessment of Ordered Polytomous Items with Parallel Analysis. *Psychological Methods*, 16, 209-220. doi:10.1037/a0023353

Yu, C., & Muthen, B. (2002, April). Evaluation of model fit indices for latent variable models with categorical and continuous outcomes. Paper presented at the annual meeting of the American Educational Research Association, New Orleans, L.A.

FACTOR is based on CLAPACK.

Anderson, E., Bai, Z., Bischof, C., Blackford, S., Demmel, J., Dongarra, J., Du Croz, J., Greenbaum, A., Hammarling, S., McKenney, A., & Sorensen, D. (1999). *LAPACK Users' Guide*. Society for Industrial and Applied Mathematics. Philadelphia, PA

FACTOR can be referred as:

Ferrando, P.J., & Lorenzo-Seva, U. (2017). Program FACTOR at 10: origins, development and future directions. *Psicothema*, 29(2), 236-241. doi: 10.7334/psicothema2016.304

Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2013). FACTOR 9.2 A comprehensive program for fitting exploratory and semiconfirmatory factor analysis and IRT models. *Applied Psychological Measurement*, 37(6), 497-498. doi:10.1177/0146621613487794

Lorenzo-Seva, U., & Ferrando, P.J. (2006). FACTOR: A computer program to fit the exploratory factor analysis model. *Behavioral Research Methods*, 38(1), 88-91. doi:10.3758/bf03192753

For further information and new releases go to:

psico.fcep.urv.cat/utilitats/factor

FACTOR completed

Computing time : 0.38333333 minutes.

Matrices generated : 7067219

Our last advice: Distrust 5% of statistics, and 95% of statisticians.
(Cal desconfiar un 5% de l'estadística, i un 95% de l'estadistic.)